

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 18 DE DEZEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.499

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Mauricio Eskudlark
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Aldo Schneider
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 124ª Sessão Ordinária realizada em 12/12/2012.....2 Ata da 125ª Sessão Ordinária realizada em 13/12/2012..... 12</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 19 Extratos.....23 Portarias.....24 Redação Final.....28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Regozija-se com a posse da nova diretoria da Aprasc; critica o governo estadual em relação à greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Analisa a proposta do governo estadual de entregar a administração dos hospitais a organizações sociais.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Posiciona-se sobre a questão da saúde no estado e critica o SUS.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Questiona o modelo do SUS.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Fala da Saúde e do desenvolvimento do país proporcionado pelos governos do PT.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Expõe seu trabalho parlamentar realizado pelo gabinete e pela Casa Amarela, de Joinville.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Posiciona-se acerca da greve na Saúde; apoia a posição da presidente Dilma Rousseff de diminuir a tarifa de energia elétrica.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pede uma melhor distribuição dos recursos entre estados e municípios.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Discorre sobre a prestação dos serviços jurisdicionais em SC.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Agradece a aprovação de projeto de sua autoria.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se a indicações de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede a antecipação do horário da sessão ordinária do dia 19/12.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Posiciona-se favorável à antecipação da sessão.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Pede reunião de líderes para avaliar pauta da Ordem do Dia da sessão do dia 19/12.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Informa a posição do PSDB.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Afirma que a CCJ está com a pauta limpa.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Dá conhecimento da entrada na Casa de novo projeto de origem governamental.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Pondera acerca da melhor da para a reunião de líderes.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Coloca a posição da bancada do PT sobre a antecipação do horário da sessão.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Convoca os membros da comissão de Finanças para uma reunião.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Informa a reabertura das negociações entre o governo e os servidores da Saúde em greve.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reivindica solução para os problemas da Udesc de Pinhalzinho.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre o lançamento de programa para beneficiar a aqüicultura e a pesca.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Padre Pedro Baldissera pelo tema abordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito, em primeiro lugar, o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, especialmente os servidores e servidoras da saúde pública do estado de Santa Catarina.

Estou anunciando para a sociedade catarinense uma atividade que vai ocorrer em menos de uma hora, aqui na praça Tancredo Neves, que é a assembleia unificada dos servidores estaduais. Os servidores da Saúde que estão em greve e as demais categorias, convocadas por seus respectivos sindicatos e entidades representativas, inclusive a Aprasc, vão-se reunir com o objetivo de discutir o fechamento de negociação que houve nos últimos meses por parte do governo do estado com relação a todas as categorias funcionais do serviço público. Diga-se de passagem, e isso é muito importante, que essa assembleia unificada é em solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde em greve.

A aposta do governo era dividir os servidores, era fazer com que um tentasse furar o olho do outro dentro da mesma secretaria. Essa foi a tática que originou essa greve, mal aconselhado que foi o governador por um sujeito que ganhou R\$ 420 mil, sem licitação, para dizer como é que o governo deve proceder em relação à contratação, ao ajuste de quantitativos e à potencialização dos serviços públicos por parte dos servidores estaduais da Saúde.

O sujeito que ganhou R\$ 420 mil para fazer essa porcaria está sendo procurado pela polícia em alguns estados da federação justamente por haver promovido esse tipo de picaretagem em outros lugares do Brasil. Já quase que me enveredo por esse discurso, porque tem mais novidades nesse sentido, inclusive envolvendo o governo do estado.

Mas quero falar agora da posse da nova diretoria e do novo conselho fiscal da Associação de Praças, a Aprasc, a nossa Aprasc, que vai ocorrer na noite de hoje, a partir das 19h, no Clube Novo Horizonte, nesta capital, no bairro Agronômica, exatamente ao lado da sede estadual da Ordem de Advogados do Brasil, a OAB/SC. Todos os deputados estão convidados, todas as entidades representativas de servidores estaduais, municipais e federais, todos os trabalhadores, especialmente vocês, servidores da Saúde que estão em luta por dignidade e por respeito ao serviço público da saúde, estão convidados.

Este deputado foi por 12 anos, em revezamento com Manoel João da Costa, nosso companheiro J. Costa, presidente da Aprasc, e na noite de hoje vamos, de forma legítima, tranquila, pacífica e serena, passar essa responsabilidade para outros companheiros. São 49 diretores no total, de todas as regiões do estado de Santa Catarina, e a maioria já vem participando das gestões anteriores, sendo que apenas o presidente, o vice-presidente e o tesoureiro estão saindo. Aqueles três velhos encardidos, inclusive eu, 12 anos depois, estão saindo e fazendo a transição na diretoria da Aprasc.

Quem assume a presidência é o soldado Elizandro Lotin de Souza, da Polícia Militar, que trabalha da cidade de Joinville. Para nós isso é motivo de satisfação, de orgulho ter na presidência um companheiro que está na primeira graduação da carreira, um soldado, que vai presidir a Aprasc, uma associação com quase 12 mil filiados, a maior entidade representativa de trabalhadores públicos de Santa Catarina e proporcionalmente a maior do Brasil.

Quero desejar felicidades, boas lutas à nova diretoria que assume hoje, dizer com emoção e com alegria que estamos conseguindo fazer essa transição não para nos livrarmos do fardo, porque sempre foi um orgulho imenso ser diretor ou presidente dessa associação. É verdade que nos deu muito trabalho, várias cadeias, punições, mas também nos deu muito orgulho a confiança da categoria em relação ao trabalho que fizemos durante esses anos.

Voltando à pauta específica, quero dizer que o contrato sem licitação, de R\$ 420 mil, que foi feito com uma organização social, cujo titular está sendo procurado pela polícia em alguns lugares do estado, não foi exclusivo.

Quando fizemos neste Parlamento a proposta de revogar a Lei das Organizações Sociais não foi para impedir que o estado de Santa Catarina fizesse esse tipo de contrato com qualquer entidade que não tenha o título de utilidade pública reconhecido por este Poder Legislativo, mas para tentar evitar este tipo de coisa, ou seja, que qualquer aventureiro, sanguessuga, parasita e, por que não dizer, ladrão possa vir para cá levar o nosso dinheiro! Isso foi publicado hoje no G1.

Segundo nota do Ministério Público de São Paulo, outra organização social é que assinou o contrato com o governo do estado de Santa Catarina, que teve seus diretores caçados pela polícia no dia de hoje, inclusive o sr. Paulo Celso de Carvalho Moraes, que está sendo procurado pela polícia, assinou um contrato - isso está no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - com o secretário Dalmo Claro de Oliveira, no mês de maio, para gerir, com dinheiro público, o Hospital Regional de Araranguá.

Então, os partidos do governo têm que prestar atenção porque o governo está colocando gente lá para assinar contrato com ladrão! Como fica o futuro político de um secretário que já tem dois contratos assinados com um ladrão? Como é que fica o estado de Santa Catarina, a secretaria da Saúde, o governo do estado?

(Palmas das galerias)

Isso é inadmissível! Porque essa é a razão e esse é o conflito que levou a essa greve, uma vez que há servidores públicos de carreira que fizeram concurso, que passaram, que trabalham e que têm estabilidade para dizer que o serviço não está funcionando porque o secretário ou porque o governo ou porque há um tomógrafo jogado dentro de uma caixa lá no corredor! Se não for servidor público, não pode dizer isso!

(Palmas das galerias)

Então, querem acabar com isso no serviço público! Esse contrato foi assinado no último mês de maio para o Hospital Regional de Araranguá, e até final do contrato de 60 meses, ou seja, cinco anos, deverão ser repassados R\$ 158 milhões.

Nós já elaboramos um pedido de informação para ser aprovado hoje ou amanhã neste Parlamento, para saber quanto já foi pago de maio até agora. Porque se os caras estão sendo procurados em São Paulo por estarem fazendo a mesma coisa em Sorocaba e em outras cidades, é possível que parte do

dinheiro público do nosso estado também já tenha viajado para outro lugar!

Então, creio que há cabeças pensantes neste governo, nos partidos que compõem o governo, no PMDB, pois o secretário da Saúde é do PMDB, para refletir sobre essas coisas! É preciso dar meia volta e definir servidores públicos para administrar o serviço público de saúde! É necessário que o governador ouça a categoria para saber efetivamente o que acontece nos hospitais e para resolver essa greve o mais rapidamente possível, antes do Natal!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Saúde que nos acompanham, telespectadores da TVAL, vou dar continuidade à fala do deputado Sargento Amauri Soares, para detalhar essa operação do Ministério Público e da Polícia Civil de São Paulo, que acaba de determinar a prisão de dez pessoas por fraude à saúde no interior daquele estado, todas integrantes da organização social Instituto SAS, a mesma instituição que a secretaria estadual de Saúde contratou para administrar o Hospital Regional de Araranguá.

Srs. deputados, a comissão de Saúde, através de um amplo relatório feito de todas as audiências públicas realizadas pelo estado no ano passado e neste ano, demonstrou que a população catarinense não aceitava a participação das OSs, de forma pura e simples, como se fosse uma panaceia que resolvesse os problemas da saúde.

Como médico, quero deixar claro que é básico na Medicina ter primeiramente o diagnóstico para depois dar o remédio. Pois bem, o diagnóstico da Saúde já está feito, já há dados suficientes. E a greve dos servidores que aqui estão é uma demonstração clara do que estão vivendo. O gerenciamento é um dos quatro pilares da saúde e temos problemas graves de gestão, mas o governo está entregando unidades hospitalares para organizações sociais procuradas pela polícia.

Ora, já tivemos o caso de Balneário Camboriú, onde o Hospital Ruth Cardoso foi entregue para a Cruz Vermelha Brasileira, do Paraná, administrar, mas agora foi deportada porque assaltou os cofres com os parques recursos do hospital. Foram comprovados fraude, corrupção e roubo.

São Francisco do Sul, em meados deste ano, inaugurou um hospital municipal e hoje fiquei sabendo que lá também, apesar do caso de Balneário Camboriú, contrataram a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, para administrá-lo. E a notícia que tive agora há poucas horas foi que estão querendo desvencilhar-se porque já está comprovada a ineficiência e outros desmandos.

Nós, através da comissão de Saúde, realizamos uma audiência pública em Araranguá, especialmente para debater a situação do Hospital Regional de Araranguá, que deveria voltar a ser administrado pelo estado, uma vez que a universidade que o administrava não tinha mais interesse. Mas o estado se considera incompetente para administrar a saúde, os hospitais! Os hospitais devem ser unidades de orçamento, planejamento e gestão, devem ser estabelecidas metas e não gerir de forma totalmente atrelada à secretaria, que não tem nenhuma autonomia administrativa e financeira.

O governo, no entanto, por birra, por teimosia, prefiro usar esses adjetivos, porque a essa altura já começo a pensar até em má-fé, insiste em contratar uma organização social.

Está aqui o Diário Oficial com as assinaturas do secretário de Planejamento, Filipe Freitas Mello; do secretário estadual de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e representando a organização social Instituto SAS, o sr. Paulo Celso de Carvalho Moraes, o que faz parte da quadrilha, sendo que sua prisão já foi decretada em São Paulo.

(Palmas das galerias)

(Passa a ler.)

"[...]"

Quadrilha usava de fachada para fraudar licitações e desviar recursos mediante o pagamento de notas fiscais 'frias' ou superfaturadas" - é o que eles fazem nos hospitais que assumem para poder desviar o dinheiro da Saúde para o seu lucro e os seus interesses particulares.

(Continua lendo.)

"Dez pessoas foram presas nessa terça-feira acusadas de montar um esquema para desviar recursos públicos destinados à saúde, no interior de São Paulo. Computadores, documentos e cerca de R\$ 1 milhão em dinheiro vivo foram apreendidos em poder dos supostos criminosos na Operação Atenas, ação conjunta do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE) e da Polícia Civil.[...]"

Além de Itapetininga, a 165km de São Paulo, onde ocorreu a maioria das prisões, o grupo tinha ramificações em outras cidades paulistas, na capital e, ainda, em cidades do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

De acordo com promotores do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a quadrilha usava empresas de fachada para fraudar licitações e desviar recursos mediante o pagamento de notas fiscais 'frias' ou superfaturadas.

Faziam parte do esquema as associações civis Sistema de Assistência Social e Saúde (SAS) e Instituto SAS, que atuavam no Hospital Regional de Itapetininga[...][sic]", de São Paulo, que é a mesma organização social contratada aqui pelo governo do estado para administrar o Hospital Regional de Araranguá.

Portanto, eu acho que são várias as advertências que temos feito ao governo do estado. Mas o governo está indo por um caminho perigoso. Esta semana - e não é por causa da greve dos servidores - uma parturiente de 18 anos teve que ser transportada por 300km até Mafra, por helicóptero, numa gestação de alto risco, pela falta de UTI neonatal, sendo que há leitos fechados na capital.

Ora, além da falta de gestão, há esse caminho perigoso no qual o governo insiste, o das organizações sociais. Antes o governo tem que fazer um *mea culpa* e uma reflexão sobre a saúde no estado, porque já tem elementos suficientes para esse diagnóstico e deve ter a humildade de aceitar os encaminhamentos necessários para melhorar a saúde. Os servidores da Saúde são um dos pilares fundamentais, e tem que ser resgatado esse pilar.

(Palmas das galerias)

O governo deve aos servidores, deputado Ismael dos Santos, uma reposição salarial de 8,33% ainda de 2009 e 2010, referente à inflação daquele período; deve também 6% de 2012. Isso soma 14,33% que o governo deve aos servidores de reposição salarial. Se o governo atendesse à gratificação que os servidores solicitam, essa gratificação teria, hoje, o mesmo impacto na folha. Então, que o governo apenas recomponha o que deve

e que foi corroído pela inflação deste ano e de anos anteriores.

Portanto, o governo tem uma opção: pode atender aos servidores, pois o que eles reivindicam é de direito e justo, e com isso pode terminar a greve e permitir que os serviços voltem à normalidade. Ao mesmo tempo em que inicia um processo de valorização dos servidores, assume a responsabilidade da gestão dos hospitais do estado. É questão de vontade política.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, sobre essa questão dos hospitais, vejo sempre com preocupação quando o estado procura entregar sua administração à iniciativa privada. Mas o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, um hospital fundamental para a saúde da população do extremo oeste catarinense, está sendo administrado pela Associação São Camilo, que até agora só tem merecido elogios daquela comunidade. Inclusive, o governo do estado está levando para aquele hospital o serviço de oncologia, que é o tratamento para pessoas acometidas de câncer e que até hoje ainda têm que se deslocar a Chapecó ou, muitas vezes, até a capital do estado.

Já foi dito desta tribuna que o SUS é o programa mais eficiente do mundo e que nem a China conta com um sistema desse porte. Eu acho que a China não quer o SUS, porque um programa do governo federal que repassa R\$ 8,00 para uma consulta num hospital não pode ser tão bom assim. O SUS repassa R\$ 500,00 por uma cesariana, isso para cobrir os gastos com todo o corpo médico e com o próprio hospital.

É preciso repensar a saúde. Sabemos que a maioria dos nossos hospitais funciona em razão do esforço de organizações comunitárias, que realizam festas para manter suas instituições. Então, algumas coisas têm que ser repensadas, principalmente o SUS, que algumas pessoas elogiam, mas que na prática não está funcionando a contento nem para os profissionais nem para os pacientes.

O governo federal centraliza quase 70% da receita de tributos e não faz uma distribuição equitativa. O que faz é proporcionar empréstimos, que acarretam uma série de encargos, que os estados têm dificuldade de suportar.

Então, vejo que é muito importante repensar a saúde, mas com a participação do governo federal, para que o SUS passe a pagar valores que realmente permitam a manutenção de serviços hospitalares de qualidade.

Acho que os alertas são importantes, assim como é imprescindível a fiscalização pelas Câmaras de Vereadores e pelas Assembleias Legislativas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Gostaria de contribuir com o seu discurso, pois de fato não é possível que se continue com esse repasse tão desproporcional, já que os municípios de Santa Catarina investem pelo menos 20%, o estado, 12% e o governo federal menos de 5%.

E quero fazer um apelo à bancada do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PPS e do PDT para que se aliem conosco e aprovem a PEC que irá fazer com que o governo federal invista pelo menos 10% em saúde neste país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O governo do estado está investindo R\$ 2 milhões por mês no Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, para atender uma região com quase 200 mil pessoas. Esse hospital, como disse anteriormente, está sendo administrado pela Associação São Camilo, que até agora tem efetivamente apresentado um bom resultado à população. Temos também o Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí, que é administrado pela iniciativa privada.

Como foi dito aqui pelo nobre colega Ismael dos Santos, o governo federal tem que ter uma participação maior, uma responsabilidade maior e fazer um maior repasse de recursos para a saúde. Santa Catarina tem feito investimentos, construído hospitais, colocado equipamentos e ajudado a mantê-los. Por isso, não posso aceitar que o SUS seja um modelo, até pode ser na forma de atendimento, mas não é um modelo na forma de financiamento.

Assim, precisamos efetivamente repensar a questão da saúde, porque estados e municípios não podem ficar com essa sobrecarga. Temos problemas em Santa Catarina, sim, mas em nível nacional vimos pela televisão os corredores de hospitais tomados por macas, em função da total falta de investimento do governo federal.

A eficiente comissão de Saúde desta Casa precisa debater esse assunto, não só indo a hospitais para ver se há problemas, se há equipamentos parados, mas verificar as causas, verificar o volume de recursos liberados para sua manutenção e qual a origem dessas verbas.

Então, quando todos tiverem essa consciência talvez tenhamos uma qualidade melhor em relação à saúde pública, pois apenas com os esforços dos municípios, estados e particulares não é possível dar conta do recado, o governo federal tem que ter uma participação mais efetiva.

Antes de finalizar, quero registrar a presença do meu amigo Beto Marin, prefeito de Anita Garibaldi, nesta Casa Legislativa.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero corroborar as palavras do deputado Volnei Morastoni, que se pronunciou desta tribuna em relação à saúde, que é uma preocupação de todos os parlamentares desta Casa. É importante deixar claro que os servidores da Saúde estão em greve há 50 dias sem que uma reunião tenha sido realizada com o governo do estado com vistas ao consenso.

Agora se discute a mudança de secretários; fala-se até que a ex-secretária e deputada federal Carmen Zanotto poderá assumir a pasta da Saúde, pelo menos é o que dizem os jornais. Mas não adiantará nada mudar o secretário se o governo não estiver disposto a construir o consenso. Será somente mais um secretário que o governo fritará, a exemplo do que fez com Dalmo Claro de Oliveira que, diga-se de passagem, foi assado em banho-maria.

O relatório do Tribunal de Contas do Estado de 2011 faz ressalvas aos recursos da Saúde no estado. Se não for possível este ano, no ano que vem detalharei o referido relatório. E não são só ressalvas, é preciso tomar uma posição com relação a elas, a exemplo do que fazem com muitos prefeitos.

Espero que em 2013 o governo do estado tenha um pouco mais de agilidade nas suas ações, porque senão será mais um ano de morosidade e 2014 será ano de eleição. E não será por falta de dinheiro que o estado não trabalhará, porque os recursos federais estão sendo disponibilizados. Exemplo disso é que na sexta-feira o nosso governador entregará 133 ônibus. Os ônibus amarelinhos estão todos estacionados em frente ao palácio do governo, os jornais estão noticiando que o governo vai entregar, mas não dizem de onde veio o dinheiro. Até parece ser obra do governo do estado. Parece-me que o governo do estado está investindo R\$ 1 milhão, o resto é recurso federal. Mas o governador vai terminar o ano entregando as chaves aos prefeitos, pediram até que trouxessem motoristas para já dirigí-los.

Precisamos ter claro que é uma parceria com o governo federal, esses ônibus já estão aí há cinco meses, mas por problemas burocráticos não haviam sido entregues. É importante ressaltar que o problema burocrático não foi causado pelo governo federal, mas pelo governo do estado.

Considerando-se que este horário pertence ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, é importante ressaltar os levantamentos da Organização Internacional do Trabalho em relação ao Brasil. Estão questionando muito, principalmente a Oposição, o nível de crescimento do PIB do país neste ano, que deverá ficar entre 1,3% e 1,5%. É importante observarmos a posição em que se encontra a Europa hoje, o nível de crescimento dos Estados Unidos e, principalmente, deixar claro que mesmo com esse nível de crescimento do PIB, segundo a Organização Internacional do Trabalho, o crescimento dos pagamentos no Brasil, comparado com a média global, foi de 2,7% contra 1,2%. Ou seja, o nível de inadimplência no Brasil diminuiu e a capacidade de pagamento da nossa população é mais do que o dobro da média internacional.

Esses dados revelam o quê? Que o Brasil teve o maior nível de crescimento de salário mínimo e de ganho de renda da classe trabalhadora entre todos os países com registros estatísticos. Esse é um dado relevante, ou seja, o poder aquisitivo, mesmo com esse PIB, está acima da média mundial, com ganho real do povo brasileiro.

Esses dados nos trazem tranquilidade com relação à posição tomada pela nossa presidente Dilma Rousseff no embate com as empresas de energia elétrica. A presidente afirmou que a energia elétrica no Brasil vai baixar a partir de janeiro, não importa se a empresa é de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná ou de Santa Catarina, os quais, diga-se de passagem, são estados governados pelo PSDB e um pelo PSD.

Quero deixar claro que não se trata de uma intervenção estatal, como dizem alguns empresários. Temos que esclarecer que os serviços de energia elétrica são, constitucionalmente, uma concessão do governo brasileiro e que essas concessões terminam em 2015. Cabe então às empresas diminuir as tarifas de energia elétrica ou entrarem num novo leilão de concessão em 2015! As empresas que quiserem atuar nesse mercado, a exemplo da Eletrosul, que pertence ao

Sistema Eletrobras, ou de outras empresas privadas, terão que atender ao pedido da presidente ou submeter-se às leis do mercado.

Sr. presidente e srs. deputados, na próxima semana estaremos encerrando as sessões nesta Casa e nas demais Casas Legislativas do país. O Brasil está terminando o ano de 2012 com uma economia sólida, com o governo firme na condução das suas metas.

Quando o nosso governo assumiu o embate com os bancos para baixar as taxas de juros, também diziam que era intervenção. Mas os juros baixaram e ainda precisam baixar mais. Hoje estamos com o menor patamar de juros da história deste país, mas ainda é necessário diminuir os juros do cheque especial e dos cartões de crédito, que continuam sendo um assalto aos cidadãos.

Por isso, como membro do Partido dos Trabalhadores, estamos aqui para dizer e referendar a política econômica da união e deixar claro que Santa Catarina nunca teve um governo tão parceiro, deputado Dirce Heiderscheidt, como o atual governo federal. Ontem, conversando com o prefeito Ronério Heiderscheidt, seu marido, ele me disse que somente de recursos federais para Palhoça foram repassados R\$ 155 milhões nos últimos quatro anos. Já para o governo do estado foi liberado R\$ 1 milhão nos últimos dois anos, o que mostra a diferença das contrapartidas.

Por último, quero deixar patente a diferença com que o nosso governo trata o servidor público e que o governo do estado está tratando os servidores públicos do estado, principalmente os da Saúde. Desejo que o ano termine com a negociação encaminhada...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, hoje, para mim, sr. presidente, é um dia muito especial porque na plateia desta Casa está praticamente o meu time de frente, a turma que dá respaldo à minha vida pública, a turma que pega junto todo santo dia. Trata-se do pessoal da Casa Amarela que está aqui com a minha esposa, Isabel. Para mim, então, é um dia muito especial.

O que é a Casa Amarela?

(Procede-se à exibição das fotos.)

A Casa Amarela fica em Joinville e é conhecidíssima lá. Ela é, nada mais, nada menos, do que o meu escritório de trabalho, que se tornou conhecido por conta do envolvimento com a comunidade que temos desde 1993, quando do meu primeiro mandato de vereador. A partir de então, numa sequência de seis mandatos, sendo dois de vereador e quatro anos de deputado estadual, continuamos trabalhando naquele endereço e a cada ano aumentando mais as nossas obrigações e responsabilidades.

E o que fazemos na Casa Amarela? Lá temos os nossos funcionários, a minha esposa, Isabel, que comanda e coordena tudo e que não ganha pela Casa Amarela, mas pela Gonçalves Produções Artísticas, minha empresa, que produz meus programas de televisão. Ela tem que ganhar pela empresa, porque senão é nepotismo, mas trabalha o dia inteiro na Casa Amarela.

Também queremos citar os nossos colaboradores, como a Jumara, a Joze, a Ilze, o Gilson Quirino, o Pierre, a Ana Paula, a

Angélica, o Giovani, o Renato, a Terezinha, a Telma, o Marcos e o Landmam. Esses estão lá na Casa Amarela. No meu gabinete estão o Vinícius, o Gil, a Miriam, a Neila, a Ticiane, a Sônia e a Amanda.

Na Casa Amarela atendemos de 50 a 70 pessoas por dia nos mais variados tipos de pedidos e reivindicações da nossa comunidade. Também temos lá um caminhão, que há muitos anos é mantido pela minha empresa, a Gonçalves Produções Artísticas; toda santa manhã apanha os móveis que a comunidade doa e à tarde entrega para as pessoas que precisam. Isso já virou um hábito, um costume lá em Joinville, pois as pessoas que têm alguma coisa para doar já sabem para onde ligar, porque sabem que será dado um direcionamento exato.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Nós temos a execução de projetos, chamados de oficinas, através dos quais ensinamos as pessoas a obter alguma forma de ganho, de renda. São pequenos cursos de arte culinária, de gastronomia e outros. Nós temos também um grupo de voluntárias que toda semana se reúne na Casa Amarela, pois temos máquinas que conseguimos com algumas indústrias e ali elas confeccionam os chamados kits bebê. São centenas de kits distribuídos para as gestantes que também recebem um curso de orientação de como devem lidar com essa nova situação de vida, o nascimento de seus bebês.

E quero fazer um agradecimento especial as sras. Ilda, Vera, Joana, Cidinha, minha sogra e a Sônia, que são as nossas voluntárias que confeccionam os kits bebê.

Quero ainda fazer uma menção especial, sr. presidente, a algumas personalidades que vão fazer palestras na Casa Amarela para 40, às vezes até 80 pessoas quase todas as semanas. Assim, agradeço ao dr. Marcelo, médico, pessoa de um sentimento social muito forte e que nos auxilie muito; ao dr. Renato Castro, que hoje é diretor do Hospital Regional de Joinville, e que nos dá respaldo; à minha irmã Nádia, que é da Maternidade Darci Vargas, e que hoje está aqui conosco. Obrigado, Nádia, que sempre nos dá o devido respaldo, orientando as pessoas, dedicando-se de corpo e alma àqueles que mais precisam.

Quero agradecer à Zuleide, que não está presente neste momento, mas que trabalha na SDR de Joinville e que também desenvolve um trabalho muito interessante para todos lá.

Quero fazer um agradecimento todo especial que, aliás, já faço todos os dias que chego em minha casa e ela vai me receber na porta. Eu acho que são poucos os homens que tem uma companheira que quando chega em casa ela o recebe na porta. Quando abro a porta, a primeira pessoa que vem me receber é a minha mulher, com um abraço aconchegante. Ela é o meu porto seguro. A ela faço um agradecimento especial não como minha esposa, mas pelo seu profissionalismo, pela sua inteligência e pela sua dedicação a nossa Casa Amarela.

Disse isso, sr. presidente, apenas para que as pessoas saibam que não estamos lá apenas para esse tipo de trabalho, pois temos também um suporte para os nossos projetos na Assembleia Legislativa, para as nossas reivindicações junto ao governo do estado. E graças a esse suporte que temos no gabinete, estamos trabalhando no projeto da duplicação da BR-280; da estrada do rio do Morro, que está em pleno andamento; da duplicação da avenida Santos Dumont, que está na fase de desapropriação; do acesso à praia do Ervino, em São Francisco do Sul, do

aumento do aeroporto de Joinville, para que possamos receber aeronaves maiores.

Teremos, a partir de janeiro, a instalação do ISL no aeroporto, o que vai proporcionar a possibilidade de aeronaves maiores descerem em Joinville independentemente do tempo.

Temos o aeroporto de Araquari, que está na fase de desapropriação de terras para que possa ser instalado.

Enfim, sr. presidente, temos um trabalho parlamentar nesta Casa em cima de projetos, reivindicando junto ao governo as necessidades da nossa região, tentando e conseguindo junto ao governo a liberação de verbas para a compra dos mais variados equipamentos que beneficiarão a sociedade.

Quero agradecer a esse grupo maravilhoso que tenho mais uma vez. Almoçamos juntos hoje, em meu gabinete, e quero que Deus acompanhe vocês de volta até a nossa amada Joinville.

Sr. presidente, meu muito obrigado, e às minhas colaboradoras, um beijo no coração.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Casa também cumprimenta todos os seus colaboradores. Quero dizer que aqui é a Casa da Democracia. Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem. Sabemos que sempre é uma alegria quando se pode fazer alguma coisa para deixar outras pessoas felizes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCDoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tenho dois temas para discutir. O primeiro é sobre a saúde, que tem preocupado todos nós, pelo desenrolar da questão e pelo modo como o governo tem tratado a greve.

Recebemos notícias a todo tempo dizendo que amanhã acaba a greve, amanhã acaba greve. E o que estamos vendo não é o mesmo cenário dos que informam o governador. Esse cenário não interessa a ninguém, a ninguém pode beneficiar uma posição que rache a greve para durar muito mais tempo.

Eu, que durante muito tempo fui do movimento sindical, sei o que passam os trabalhadores quando fazem greve, a dificuldade que passam, a insegurança do dia a dia, portanto, também para os trabalhadores da Saúde que estão em greve é importantíssimo que o governo reabra a renegociação. Mas o que se tem dito todos os dias desta tribuna é que o governo diz que se os trabalhadores voltarem ao trabalho haverá negociação. Ora, se o governo diz isso, é óbvio que tem condições de negociar, e se tem condições de negociar, não cabe, neste momento, fazer um cabo de força e deixar o povo catarinense no meio disso, apenas para impor uma derrota aos trabalhadores da Saúde.

Então, o que estamos vendo na verdade é isto: o governo esforçando-se muito para impor uma derrota ao movimento sindical. É bom lembrar que essa foi a tática que o governo usou na greve dos professores, mas que teve efeito contrário ao que pretendia o governador.

Portanto, mesmo que seja apenas do ponto de vista exclusivamente político, insisto com o governador para abandonar essa postura, assumir a que a posição de chefe de estado e chamar as lideranças e o sindicato para a mesa de negociação. É o governador quem precisa assumir, não é nem mais o

secretário, porque sobre ele todo dia aqui estouram novidades. Então, que o próprio governador seja o protagonista da solução dessa questão que aflige todo o povo catarinense.

Mas quero aproveitar a metade do tempo que tenho na tribuna para mencionar a discussão nacional em torno da redução das taxas de energia.

Senhoras e senhores! Não é pouco o que estamos fazendo, o Brasil vive diferente do resto do mundo inteiro, vive um momento de progressão na sua economia. Nos últimos dez anos, e já sob a batuta de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o Brasil cresceu, distribuiu renda, o povo brasileiro vive melhor do que vivia antes. O nosso salário mínimo é de mais de US\$ 300. Lembro que nós, da esquerda, íamos para as ruas pedindo que o salário mínimo fosse de US\$ 100, o que equivaleria, hoje, a um salário de pouco mais de R\$ 200,00. Hoje, contudo, a nossa realidade é outra! Apesar de o salário mínimo ainda não dar conta de todas as necessidades de um trabalhador, já permite que as classes mais empobrecidas ascendam no país e tenham melhores condições de vida.

Agora, existe um gargalo no desenvolvimento econômico do país: se o Brasil tiver pleno emprego, mas a nossa indústria não caminhar de forma mais acelerada, esse pleno emprego vai ser um pleno emprego de condições precárias de trabalho. Portanto, até para defender os direitos dos trabalhadores, precisamos defender o parque industrial do Brasil, defender a indústria brasileira e defender o nosso desenvolvimento econômico e para isso é preciso diminuir custos. Nessa tarefa, um dos pontos principais é a queda da tarifa de energia elétrica, que atualmente é caríssima.

Eu estive em Brasília na segunda-feira e voltei num voo que passou por São Paulo. Lá vi o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, defendendo, pela televisão, que as pessoas se mobilizassem pedindo ao governo do estado de São Paulo que também diminuísse os custos da energia elétrica, porque lá, assim como em Santa Catarina, o governo tem insistido em não permitir a redução.

Eu vou voltar a esse tema com mais tempo, com mais elementos, inclusive, mas o chamado primeiro deve ser à Fiesc, para que mostre a sua cara e diga para o povo de Santa Catarina, mas principalmente para o setor produtivo do nosso estado, que é muitíssimo importante ter uma diminuição de 20% a 30% no valor da tarifa da energia elétrica. Imaginem, vexas, o reflexo disso: se para um casa modesta já vai ter grande relevância, a importância que terá para a indústria catarinense.

Logo, o momento é de defender o setor produtivo nacional, e para isso estamos conclamando a nossa Fiesc que seja parceira e exija que o governo não desobedeça à decisão do governo federal de baixar o valor da tarifa de energia elétrica.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, na pessoa do deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, cumprimentar todos os srs. deputados e as pessoas que nos assistem pela TVAL.

Sr. presidente, assomo mais uma vez à tribuna desta Casa para relatar o adiamento

da data de publicação do edital de licitação da BR-285, uma rodovia estratégica para o desenvolvimento do sul do estado, que nos últimos dois anos tem sido palco de debates e de reivindicações. Já perdemos emendas parlamentares para aplicação nessa rodovia federal e agora uma emenda foi incluída no PAC 2 e aguarda a elaboração dos projetos e o lançamento do edital.

Exatamente em outubro, o superintendente do DNIT nos comunicou que no início de dezembro, até dia 10 no máximo, teríamos a licitação definitiva dos 22km que faltam para completar a pavimentação dessa rodovia que tem mais de 700km, que liga Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, que vai ser o elo de desenvolvimento econômico e social entre esses dois estados. Ficamos muito frustrados esta semana ao ouvir, mais uma vez, a notícia do adiamento do lançamento do edital através do regime diferenciado de contratação.

Por isso quero, em nome da Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá - Aciva -, e em nome de toda a população do sul de Santa Catarina, dizer, mais uma vez, da nossa frustração com relação ao não-lançamento do edital para a conclusão da BR-285. São mais de 30 anos de espera de uma população.

Tivemos, nesta semana também, o compromisso de que até o final do ano o DNIT vai conseguir deixar pronto o edital e fazer o seu lançamento, dando assim a todos nós, catarinenses, um presente de Natal que é a conclusão daquela rodovia. Nós, do sul, já não aguentamos mais esperar, já não aguentamos tanta embromação com relação à BR-285. É chegada a hora de darmos um basta nesse debate, de darmos um fim nisso, e para tanto é necessário o envolvimento do DNIT, que tem tido boa vontade em Santa Catarina, mas em Brasília não age da mesma maneira.

Por isso deixo aqui, em nome da população do sul de Santa Catarina, o apelo ao ministério dos Transportes e ao DNIT nacional para que seja lançado o edital da BR-285, a fim de que a região possa, de uma vez por todas, começar a experimentar uma melhoria na sua infraestrutura.

É preciso lembrar aos srs. deputados e a todos que nos ouvem que nesta semana foi suspenso o edital para a contratação da empresa que irá gerir o futuro do aeroporto regional de Jaguaruna. É mais um entrave no nosso desenvolvimento. O sul vem sendo discriminado e são enormes as dificuldades.

Hoje mesmo foi publicado na imprensa estadual um estudo feito pela Fiesc que demonstra que a BR-101 somente ficará concluída em 2017. Os prejuízos acumulados na economia do sul do estado até agora - estima a Federação da Indústria de Santa Catarina - passam da casa dos R\$ 30 bilhões em oportunidades de emprego e de negócios. Se somarmos os acidentes ocorridos e as vidas perdidas, não dá nem para somarmos o valor que tudo isso importaria. O sul tem sido castigado pela falta de vontade política em fazer acontecer as obras e ações tão sonhadas pela nossa ordeira e trabalhadora população.

Quero também, desta tribuna, registrar o nosso apoio, o nosso pedido para que de uma vez por todas a Câmara dos Deputados possa derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff com relação aos *royalties* do petróleo, caso contrário Santa Catarina perderá perto de R\$ 300 milhões, recursos que são nossos por direito.

Cumprimento o deputado federal Esperidião Amin, que está comandando um grupo de trabalho no sentido de derrubar o veto da presidente e distribuir os *royalties* igualmente para todos os municípios e estados

brasileiros. Não é justo que uma plataforma de petróleo a mais de 300 milhas do nosso litoral pertença apenas a três estados da federação, ou seja, que apenas a população do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo seja beneficiada com os *royalties* do nosso petróleo. Se for para desenvolver este país em condições de igualdade, o governo federal precisa começar a dar exemplo. E a hora é agora, através da distribuição equitativa dos *royalties* do petróleo.

Ouvimos o discurso do deputado Jailson Lima, cobrando e comparando a divisão dos recursos. Mas é lógico que o governo federal tem que entrar com mais recursos. Ele fica com 70% de todos os impostos cobrados neste país e tem que atender melhor as cidades, já que tem condições para isso. Temos que começar uma reforma no Brasil em relação à distribuição dos recursos de forma igualitária, através do critério da população de cada estado e município, para que prefeitos e governadores tenham condições de executar seu trabalho em igualdade de condições.

Uma melhor atenção à saúde, à segurança e à educação passa pela derrubada do veto dos *royalties* do petróleo e por uma melhor distribuição dos nossos impostos. Por isso é preciso a consciência desta Casa e a pressão da Câmara dos Deputados para que rapidamente o veto da presidente seja derrubado e tenhamos uma distribuição de recursos de forma igualitária para os municípios catarinenses e de todo país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, vou discorrer sobre um tema enfrentado direta ou indiretamente por toda sociedade catarinense, que é a prestação dos serviços jurisdicionais, reconhecendo os esforços do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim como de todo o sistema judiciário catarinense, no sentido de melhorar continuamente a prestação desses serviços, destacando a instalação de 47 unidades jurisdicionais nos últimos dois anos, principalmente a nova vara do Juizado Especial Civil e Criminal.

É reconhecida também, e essa é uma prática judicial em nosso estado, a existência de três entrâncias: a inicial, a final e a especial, nas diversas comarcas, dando estrutura e também o grau de carreira, como vou relatar.

Nesse sentido, gostaria de fazer algumas colocações, depois de uma série de reuniões no meu município, Jaraguá do Sul, uma das maiores cidades do estado de Santa Catarina.

A comarca de Jaraguá do Sul somente em 2010 passou de entrância inicial para entrância final, sendo que com a demanda de processos já sente a falta de estrutura para uma boa prestação jurisdicional. Existe naquela cidade a necessidade imediata da criação de mais duas varas e da elevação da comarca de Jaraguá do Sul de entrância final para entrância especial, com um único objetivo: melhorar os serviços prestados, valorizar os servidores e, consequentemente, a população, a grande beneficiada.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, através dos estudos de demandas judiciais, conhecido internamente como estudos de cenários, tem procurado identificar

e implementar melhorias e ampliações do aparato institucional.

Nesse sentido, sr. presidente, venho colaborar com o egrégio TJSC e dizer que a comarca de Jaraguá do Sul já estava posicionada para a elevação à entrância especial e tenho certeza de que será confirmada, visto que somente em 2011 houve um acréscimo de mais de 15 mil processos nessa comarca, que também é composta pelo município vizinho de Corupá. Somada a população desses dois municípios, o número ultrapassa a 160 mil habitantes. Comparando com outras comarcas já elevadas à entrância especial, a população de Jaraguá do Sul, somada a de Corupá, é substancialmente maior, necessitando de uma avaliação urgente do nosso egrégio Tribunal de Justiça.

A demonstração do valor adicionado informa como a riqueza é gerada e como ela é distribuída para os variados elementos que participam da cadeia produtiva. A respeito disso, em relação ao nosso estado, a cidade de Jaraguá do Sul ocupa a quarta posição frente a muitas cidades que também já foram elevadas à entrância especial.

Na mesma linha de raciocínio, sr. presidente, posso dizer que Jaraguá do Sul é o quinto município no estado que mais arrecada tributos federais e o quarto município no índice de retorno de ICMS e, consequentemente, de arrecadação.

Quero dizer também que em 2010, na comarca de Jaraguá do Sul foram ajuizadas 13.594 ações, sendo que em 2011 o número já aumentou para 14.051 ações e deve fechar 2012 na casa das 20 mil ações, evidenciando claramente o aumento da demanda forense.

Esses números já são suficientes para sinalizar um alerta na estrutura. Não há mais estrutura e a comarca conta com mais 39 mil processos em andamento, suspensos, arquivados, recebidos de outro juízo, sendo que desse número 32 mil estão em andamento. Também as varas cíveis de Jaraguá do Sul estão no seu limite, com mais de 14 mil processos, assim como estão sobrecarregadas as varas da Fazenda, da Família, Infância e Juventude e o Juizado Especial.

Portanto, srs. deputados, a elevação da entrância da comarca de Jaraguá do Sul permitirá não somente a melhoria no âmbito da prestação dos serviços jurisdicionais, mas também uma nova possibilidade para os magistrados que seguem carreira fixarem-se no norte do estado, registrando-se que a única comarca com entrância especial situada na região mais populosa e economicamente mais representativa de Santa Catarina é a comarca de Joinville.

Vale lembrar que as entrâncias são degraus na carreira da magistratura. Por isso a necessidade da elevação para a entrância especial, permitindo assim estabelecer um vínculo mais estreito entre o processo e o magistrado. Portanto, não há como negar que a elevação da comarca de Jaraguá do Sul para a entrância especial será altamente positiva, facilitará a instalação de novas varas, a ampliação das varas já existentes, a contratação de mais servidores e juizes.

Um dos resultados práticos disso fica por conta da maior agilidade no trâmite dos processos, e outro benefício é que a rotatividade de juizes e promotores diminui, pois os que lá já atuam têm a opção de progredir na carreira sem terem que deixar a nossa comarca.

Assim sendo, gostaria de solicitar ao egrégio Tribunal de Justiça, órgão da nossa confiança e merecedor das melhores considerações por tudo que tem feito, que avaliasse e reanalisasse a situação da

comarca, criando a 2ª Vara Criminal e a 3ª Vara Cível, reclassificando assim a comarca para a entrância especial, atendendo à necessidade da nossa sociedade.

O pedido é justo, é legal, visto encontrar amparo e legitimidade a fim de contribuir com a contínua melhoria, desenvolvimento e aperfeiçoamento da estrutura forense catarinense, e neste particular, aquilo que a nossa cidade de Jaraguá do Sul, uma das mais expressivas de Santa Catarina, merece.

Este pronunciamento também se deve a uma movimentação que temos feito na cidade, juntam ente com juizes, promotores, o Poder Legislativo Municipal e o prefeito eleito, buscando sensibilizar o Tribunal de Justiça para que inclua essa elevação nas ações previstas para 2013.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Consulto os srs. líderes se podemos entrar na Ordem do Dia, pois ainda faltam 20 minutos para as 16h.

(As lideranças aquiescem.)

Passemos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0140/2012 e 0496/2012, de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0403/2012, de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0398/2012, 0415/2012, 0417/2012, 0427/2012, 0461/2012, 0478/2012, 0489/2012, 0505/2012, 0523/2012, 0526/2012, 0544/2012, 0559/2012, 0560/2012, 0564/2012, 0569/2012, 0616/2012 e 0626/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para manutenção de título.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0629/2012, da Associação de Bombeiros Comunitários de Garuva, encaminhando documentação para concessão de declaração de utilidade pública.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0033/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0251/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0358/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0069/2012, de origem governamental, que autoriza a permuta de imóvel no município de Canoinhas (EEB Julia Baleoli Zaniolo).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0163/2012, de origem governamental, que altera a Lei n. 13.120, de 2004, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0350/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Ingo Wolfgang Hering, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0003/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que estabelece parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sítios eletrônicos no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global e subemendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero somente agradecer ao meu líder, deputado Silvio Dreveck, e ao deputado Dirceu Dresch, que pediu para vistas e devolveu ontem o projeto para que a matéria pudesse ser aprovada hoje.

V.Exas. devem ter acompanhado, domingo passado, no *Fantástico*, mais uma matéria sobre os milhares de brasileiros que estão sendo lesados por conta de compras feitas em *sites* de vendas e que depois, na hora de reclamar quando o produto vem enganado, não sabem a quem recorrer porque o endereço é somente eletrônico e a empresa que atua de má-fé não responde.

Então, o que queremos com essa lei é que o *site* ofereça o endereço físico - nome da rua, número da casa e que tenha um telefone de contato para que a pessoa possa reclamar, deputado Silvio Dreveck.

Nós sabemos que essa iniciativa somente atenderá aos sítios eletrônicos do estado, mas uma companheira nossa, deputada de Sergipe, já entrou com um projeto idêntico na Câmara dos Deputados, para que se possa regular essa questão em nível nacional, a fim de diminuir o grande número de consumidores que diariamente recorrem aos Procons para prestar queixa por conta de propaganda enganosa de produtos que foram vendidos com defeito.

Então, agradeço o esforço que esta Casa fez, especialmente o meu líder e o deputado Dirceu Dresch, que deram a celeridade à matéria ontem para que essa lei pudesse ser aprovada na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0260/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que dispõe sobre a divulgação do serviço de Disque Denúncia Nacional de Violência contra a Mulher, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0280/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte das empresas operadoras de serviço de telefonia móvel, de informações sobre a área de cobertura do sinal, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0377/2012, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.881, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira no montante de até R\$ 1.587.533.495,45, para fins de reestruturação de dívidas do estado perante a união.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0372/2012, de origem governamental,

que altera a Lei n. 15.789, de 2012, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan - e a Agence Française de Développement - AFD.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0314/2012, de origem governamental, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SIEPDEC.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0309/2012, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.857, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2013, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0285/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera a ementa e os arts. 1º e 2º da Lei n. 14.516, de 2008, que institui a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0470/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0471/2012, 0472/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0473/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0474/2012 e 0488/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0475/2012, 0476/2012, 0477/2012, 0480/2012, 0481/2012, 0482/2012, 0483/2012, 0484/2012, 0485/2012 e 0489/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0478/2012 e 0479/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0486/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0487/2012, de autoria do deputado Kennedy

Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.092/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.093/2012 e 1.095/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.094/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.097/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.098/2012 e 1.104/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.099/2012, 1.100/2012, 1.101/2012, 1.102/2012 e 1.103/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.105/2012, 1.106/2012 e 1.107/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1.108/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.109/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.110/2012, 1.111/2012, 1.112/2012, 1.113/2012, 1.114/2012, 1.115/2012, 1.116/2012, 1.117/2012, 1.118/2012, 1.119/2012, 1.120/2012 e 1.121/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 1.122/2012, de autoria do deputado Dado Cherem e outros.

Requerimento n. 1.096/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita ao Grupo RBS TV a instalação de repetidora no município de Lebon Régis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0062/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar, manifestando apoio às ações da Polícia Militar no período da crise dos atentados ocorridos entre os dias 12 e 18 de novembro do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0095/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, solicitando informações referentes à capacidade do *link* à disposição do estado, à capacidade disponibilizada para a Assembleia Legislativa, quais as instituições que usam esse *link* e qual a média mensal utilizada pelos órgãos da administração direta e indireta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0096/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes ao contrato de federalização do ex-Besc e ao contrato de incorporação ao Banco do Brasil, ocorrido em 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0097/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário de estado da Comunicação, solicitando informações sobre qual o gasto em publicidade oficial realizado pelo governo do estado no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0098/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser encaminhado ao secretário de estado da Educação, solicitando esclarecimentos sobre o contrato daquela secretaria com a empresa Geha Comércio Sistema de Informação Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar o Requerimento n. 1.004/2012, através do qual cumprimos o professor e auxiliar técnico Darci Rauber, o técnico Márcio Rauber e toda a equipe de voleibol de Saudades, que representou o Brasil nos Jogos Sul-americanos e ficou em segundo lugar, ganhando a medalha de prata.

Quero também me reportar à Indicação n. 0489/2012, dirigida ao governador e referente ao reajuste salarial das diversas categorias de servidores públicos estaduais. Através dessa indicação estamos solicitando que o governador encaminhe a esta Casa um projeto reajustando os salários dos servidores públicos estaduais, uma vez que por lei janeiro é a data base para tanto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fim das matérias da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na próxima semana vamos fazer o encerramento dos trabalhos deste ano. Tendo em vista que no dia 19 se dará a votação do Orçamento, peço que a Mesa Diretora analise a possibilidade de realizarmos a sessão ordinária pela manhã, uma vez que à tarde haverá a diplomação de muitos dos prefeitos eleitos. Eu, inclusive, terei que viajar à tarde porque no início da noite serei diplomado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, informo que talvez possa atender parte da sua solicitação.

Conversei com o deputado Gelson Merisio ontem - e quero aproveitar o momento para dizer que ele está fazendo uma pequena intervenção cirúrgica -, e conversando novamente na manhã de hoje, ficamos sabendo que a intenção é que a sessão comece na

parte da manhã com a discussão do Orçamento, a não ser que tenhamos questões pendentes tanto na comissão de Constituição e Justiça quanto na comissão de Finanças e Tributação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli- Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, para contribuir, quero informar que devo comparecer às diplomações na minha região e a maioria ocorre exatamente no dia 19 de dezembro.

Então, acho que temos que fazer um esforço para encaminhar a decisão na direção do pleito do deputado Elizeu Mattos.

Eu sugiro que a sessão tenha início por volta das 11h do dia 19, até porque, e o deputado Marcos Vieira deve manifestar-se na sequência, e o deputado Silvio Dreveck já me informou, a comissão de Finanças e Tributação ainda tem matérias para deliberar na quarta-feira de manhã.

Sugiro ainda que toquemos a referida sessão até as 13h ou 14h, sem intervalo para o almoço, a fim de encerrar o mais cedo possível, para que aqueles que têm que se deslocar para assistir às diplomações à noite possam viajar com mais tranquilidade. Até porque sempre encerramos os trabalhos, todos os anos, ao final da primeira quinzena de dezembro, como neste ano vamos até o dia 19, penso que se fizermos um esforço nas comissões e marcarmos o plenário para as 11h, acredito que até as 14h, no máximo, conseguiremos limpar a pauta.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, esse debate é bom e eu concordo que que deva haver um acordo de líderes no sentido de se trazer para o período da manhã a realização da sessão plenária, observando, porém, alguns pontos: a reunião da comissão de Finanças e Tributação que ainda deve ocorrer; que se for aprovado algum projeto nessa comissão que tenha emenda, tem que voltar para a comissão de Constituição e Justiça. E não me refiro ao Orçamento, nem ao PPA, mas às outras matérias. Além disso, temos a questão da redação final, além da ampla discussão que vai ocorrer no plenário sobre as emendas ao PPA e à LOA, o que demanda certo tempo.

Mas outro ponto importante, deputado Moacir Sopelsa - e ainda durante esta semana conversei com o presidente Gelson Merisio a respeito -, é a reunião de líderes com mais alguns presidentes de comissões, para que possamos escolher quais os projetos que efetivamente virão ao plenário, como tradicionalmente fazemos todos os anos. Quais e de que origem serão os projetos apreciados na última sessão do ano legislativo?

Então, sr. presidente, de minha parte não ponho qualquer obstáculo à solução pretendida pelo deputado Elizeu Mattos, desde que haja um acordo de líderes.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, da mesma maneira e indo ao encontro dos anseios dos deputados, principalmente aqueles que se elegeram prefeito e serão diplomados no dia 19, a bancada do

PSDB, em tese, tirando as questões legais das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, também vê com bons olhos a antecipação do início da sessão para as 11h, conforme sugestão do deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Provavelmente as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça têm projetos que precisam ainda ser deliberados. Se tivermos a possibilidade de deixar a pauta limpa nas duas comissões até as 11h, poderemos atender à solicitação dos deputados Elizeu Mattos e Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, gostaria de dizer que concordo com o deputado Joares Ponticelli em parte, até porque a comissão de Constituição e Justiça já está com a pauta limpa e precisará reunir-se somente se alguma comissão de mérito apresentar emenda ou algo que precise ser analisado.

Portanto, qualquer que seja a decisão de v.exa., a comissão de Constituição e Justiça certamente vai concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Mesa consulta os srs. líderes no seguinte sentido: se não houver problemas com as comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça, poderemos iniciar a sessão de quarta-feira às 11h?

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, penso que antes de decidirmos, seria conveniente realizarmos uma reunião dos líderes com v.exa. ou com o presidente Gelson Merisio, porque acabou de dar entrada nesta Casa um projeto de origem governamental.

Portanto, não que não seja impossível deliberar na quarta-feira, acredito que sim, mas as comissões ainda vão estar reunidas até o meio-dia. Então, anteciparmos duas horas o início da sessão, talvez seja uma das soluções.

Entretanto, não gostaria de definir a minha posição sem fazer antes um levantamento acerca dos projetos de origem governamental e parlamentar que estão tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Silvio Dreveck, vamos encaminhar desta forma: na terça-feira teremos a oportunidade de reunir os líderes e discutir, deputado Marcos Vieira, a que horas iniciaremos a sessão ordinária de quarta-feira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, acho que é oportuno realizar a reunião dos srs. líderes na segunda-feira à tarde, antes do início da reunião da CCJ, porque é muito importante deliberar quais projetos virão ao plenário na terça-feira e na quarta-feira, já que, infelizmente, neste ano não foi tomada nenhuma providência nesse sentido.

Além disso, a sessão plenária de quarta-feira pode ter início às 9h, ser suspensa para a reunião das comissões técnicas, e ser reaberta às 11h, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Marcos Vieira,

repassaremos sua sugestão ao deputado Gelson Merisio que, acredito, na segunda-feira já deverá estar de volta à Casa, ocasião em que dará os devidos encaminhamentos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, como v.exa. disse, esperamos que o deputado Gelson Merisio esteja na Casa na segunda-feira, pois acho que teremos dificuldades de reunir os srs. líderes na segunda-feira à tarde. Sugiro, então, que a reunião ocorra na terça-feira pela manhã, com o deputado Romildo Titon, quem sabe, dando início à reunião da comissão de Constituição e Justiça um pouquinho mais tarde, a exemplo do que vão fazer as demais comissões.

Também concordo com a sugestão de realização de uma reunião dos srs. líderes para definir quais são os projetos prioritários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Será feito esse encaminhamento.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não poderia deixar de dar uma sugestão de encaminhamento. Assim, a partir da proposta do deputado Marcos Vieira de fazer a reunião na segunda-feira, acho que a sugestão do deputado Darci de Matos é mais factível, podendo a reunião da CCJ iniciar um pouquinho mais tarde na terça-feira, porque acho difícil que todos os líderes consigam estar aqui na segunda-feira à tarde.

Então, esse é o nosso encaminhamento, até porque os passarinhos estão falando por aí que o deputado Marcos Vieira acolheu poucas emendas dos deputados. Como queremos discutir isso, vamos precisar, com certeza, de tempo para debater.

(O deputado Marcos Vieira se pronuncia fora do microfone.)

Nem do governo vai acolher? Assim fica difícil. Achei que era apenas da Oposição.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Nós vamos encaminhar essas propostas ao sr. presidente, deputado Gelson Merisio, para que ele possa, na segunda-feira, tratar da questão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, ficou acordado que a reunião da comissão de Finanças e Tributação continuaria em aberto. Vamos continuar agora para fazer a leitura e a discussão do relatório conclusivo do PPA e da LOA.

Então, convoco os membros da comissão a se dirigirem à sala das comissões, tendo em vista a finalização da Ordem do Dia, para que possamos aprovar ou rejeitar o relatório do PPA e da LOA.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de informar que ontem à tarde o governo reabriu as negociações os servidores da Saúde. Foi realizada uma longa reunião com o dr. Décio, que representa o governo, o Ministério Público do Trabalho e o SindSaúde, momento em que o sindicato apresentou uma proposta que está sendo avaliada pelo governador Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, é verdade que esta Casa precisa encaminhar suas questões também de acordo com o pensamento dos líderes. Todos querem contribuir com o encaminhamento dos projetos que estão em tramitação, inclusive a própria LOA.

Sr. presidente, inscrevi-me para abordar dois temas relacionados às entidades públicas estaduais.

Nos últimos dias o *Diário Catarinense* vem noticiando um velho problema relacionado ao prédio da Udesc de Pinhalzinho. Mais uma vez os alunos estão reclamando da situação precária da edificação e há, inclusive, várias ações judiciais tramitando no Tribunal de Justiça e no Ministério Público, em função da má qualidade do material utilizado na construção, pois mesmo depois de uma reforma não foi possível recuperá-lo.

Além disso, o local do prédio, apesar de bonito, infelizmente é distante, cerca de três quilômetros da cidade, e não conta com um transporte adequado. Tudo isso é mais dificultado ainda pela falta de um trevo de acesso da BR até a universidade.

Estive em contato com o superintendente do DNIT, engenheiro João José, que me disse que o trevo de acesso à Udesc de Pinhalzinho pode, sim, ser incluído no projeto de reestruturação da BR-282, assim que o contrato for assinado.

Sr. presidente, depois de um conjunto de informações e denúncias na imprensa do oeste, na segunda-feira à tarde fui fazer uma visita na à sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Chapecó, a Fatma. Na visita constatei que as informações que a imprensa publicou são reais, são verdadeiras. Houve problemas seriíssimos naquele órgão, inclusive até a falta de tinta para máquinas de Xerox e para impressoras.

O que constatamos é que a Fundação Estadual do Meio Ambiente tem falta de investimentos. Havia lá, durante muitos anos, apenas dois funcionários, deputado Aldo Schneider, para atender aos 48 municípios que fazem parte daquela regional. Foram chamados funcionários concursados e hoje o grupo está maior para atender à região, mas ainda assim a prestação de serviços à comunidade continua demorada. Trocaram agora o encarregado, mas o que queremos é que de fato a Fatma funcione.

A população nos tem procurado pedindo apoio, para que de fato os projetos de licenciamento que estão parados há por muito tempo tenham andamento e solução. Há aviário parado, chiqueiro de porco parado, empresas que poderiam gerar emprego estão com a licença ambiental travada na Fatma!

Então, queremos pedir ao presidente estadual da Fatma, Murilo Flores, que coloque a empresa para andar lá em Chapecó. Sem dúvida nenhuma precisamos de investimentos, não adianta ter uma entidade, que é importante para Santa Catarina, porque cuida da questão ambiental, concede licenças ambientais para

organizações, para empresas ou para propriedades familiares, se ela não funciona! É impossível isso!

Então, desta tribuna mais uma vez estou pedindo, em nome do grande oeste, dos 48 municípios da regional de Chapecó - e há outras regiões também com problemas - que a seccional da Fatma funcione da melhor maneira possível. Investir na Fundação Estadual do Meio Ambiente é agilizar os processos de licenciamento, para que este estado possa funcionar, gerar emprego, gerar renda e desenvolvimento.

Sabemos que para fazer uma licitação para compra de equipamentos é preciso obedecer a regras, mas dá para organizar. A Fatma chegou a ficar sem internet, sem tinta para as máquinas de xerox por problemas de infraestrutura. Isso precisa ser resolvido, precisa ser agilizado. Essa é a nossa expectativa!

Felizmente, na última segunda-feira a internet já estava funcionando novamente e aproveitamos este momento para reconhecer o esforço dos funcionários, seu empenho, sua dedicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch. V.Exa. tem razão, precisamos encontrar um caminho para a Fatma, porque hoje pela manhã me ligaram da regional de Joaçaba informando que há mais de 80 processos de licenciamento, na área da suinocultura e da avicultura, esperando uma solução.

Quero aproveitar a oportunidade, deputados Mauro de Nadal, Silvio Dreveck e Padre Pedro Baldissera, para lembrar que na segunda-feira, às 19h, a Assembleia Legislativa vai prestar uma merecida homenagem às cooperativas, através de uma sessão especial, solicitada pela Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Cooperativismo. Portanto, desde já convido todos os srs. deputados para participarem dessa homenagem, porque assim estarão valorizando o setor cooperativista deste estado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

Neste momento peço ao deputado Reno Caramori que assuma a presidência desta sessão.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de aproveitar para dizer que tivemos uma atividade extremamente importante na parte da manhã nesta Casa, ocasião em foi feito, em parceria com o ministério da Aquicultura e Pesca do governo da presidente Dilma Rousseff, da secretaria da Aquicultura e Pesca do estado de Santa Catarina e da nossa comissão de Aquicultura e Pesca, o lançamento do plano anunciado recentemente.

Parece-me extremamente importante e oportuno fazer menção a essa atividade realizada pela manhã, tendo em vista que é o primeiro plano de aquicultura e pesca no contexto nacional que está sendo lançado e que começará efetivamente a funcionar a partir de 2013.

Mais de R\$ 4 bilhões, deputado Reno Caramori, serão destinados ao plano de aquicultura e pesca no contexto nacional. Estimamos que aproximadamente 10% desses recursos, portanto, mais de R\$ 400 milhões, serão destinados ao estado de Santa Catarina, devendo ser aplicados no desenvolvimento das diferentes atividades do setor, tanto na pesca extrativa, quanto na pesca realizada em tanques ou açudes.

Estiveram presentes alguns deputados que compõem a comissão de Aquicultura e Pesca e representando o ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, o sr. Américo Tunes, que já foi presidente do Ibama e que está agora na superintendência nacional. Estiveram conosco ainda o superintendente Horst Doering e o secretário da Agricultura de Santa Catarina, deputado federal João Rodrigues, além do sr. Ivo da Silva, que é presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina, de Rainer Krüger, que faz parte do Sindpt, de Florianópolis, de Marcelo Santos do Canto, gerente de mercado da superintendência do Banco do Brasil neste estado, dos deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch e de todos os membros da comissão de Aquicultura e Pesca.

O que se pretende com o plano? Pretende-se, além de dar melhores condições de infraestrutura aos nossos pescadores, seja no contexto da indústria ou da pesca artesanal, servir como suporte de custeio e investimento, com a mesma direção e linha que temos hoje no Pronaf.

Portanto, os nossos pescadores artesanais e industriais, os nossos maricultores, enfim, aqueles que vivem desse setor, poderão acessar a esse financiamento que foi concebido nos mesmos moldes do Pronaf.

Quando me elegi deputado pela primeira vez, em 2002, tínhamos no Plano Safra nacional em torno de R\$ 2 bilhões. Agora, somente no setor de aquicultura e pesca, teremos mais de R\$ 4 bilhões, um volume, acredito, extremamente significativo para incrementar essa atividade tão importante em nosso país.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre deputado, infelizmente, por outros compromissos, não pude estar presente nessa reunião que ocorreu pela manhã, mas acredito que podemos explorar esse setor ainda muito mais. Os recursos comecem a vir, e podemos aproveitar muito a produção de peixe tanto de tanques como do mar.

No entanto, ainda há algumas questões referentes à Fatma e ao Ibama, no sentido de que teríamos que ter determinadas espécies para produzir em tanques/redes no rio Uruguai, por exemplo. Sabemos, entretanto, que para produzir dourado teríamos um custo que não conseguiríamos repassar. Mas se fôssemos buscar licenciamento junto ao Ibama para produzir tilápia, carpas, estaríamos conseguindo uma fonte de renda para muitas famílias. Seria uma oportunidade para

darmos outra oportunidade de renda para a nossa agricultura, principalmente para aqueles que moram às margens dos rios.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Hoje temos alguns estados que se destacam na produção dentro de lagos, de barragens. Em Santa Catarina já existe um encaminhamento para fazer isso em alguns lagos. Estamos no aguardo e esperamos que a partir do licenciamento e da autorização possamos tornar-nos um dos maiores produtores nacionais.

O desejo do ministério da Pesca e Aquicultura é passarmos de 500 mil toneladas/ano de produção, para 1 milhão/ano. Portanto, acredito que esses investimentos vêm num bom momento e certamente farão muito bem à economia do estado, à economia nacional e, de maneira muito especial, às famílias que têm uma relação direta com a atividade da aquicultura e da pesca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Padre Pedro Baldissera, este deputado se congratula com a sua comissão e gostaria de dizer também que, antes de assumir a segunda-secretaria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, fazia parte da comissão de Pesca e Aquicultura e uma das coisas mais importante que se discutia à época era o acordo entre o Ibama, a Fatma, a Polícia Ambiental, as prefeituras municipais e o governo do estado de Santa Catarina, com o objetivo de achar um denominador comum para beneficiar o homem do campo que possuía áreas apropriadas para a construção de açudes, tanto para irrigação quanto para o armazenamento de água para o gado e para os peixes.

Quando fomos prefeito de Caçador oportunizamos a construção de 420 açudes, todos cubados, com alta capacidade de armazenagem, com castelo, enfim, com todos os requisitos para a pesca.

Agora, o problema é que quando se quer construir um açude enfrenta-se um monte de obstáculos. Açude não pode ser feito em cima de morro, a não ser que haja uma boa vertente. Ele deve ser feito onde há boas condições de armazenar água, sendo que o excedente deve continuar no seu leito natural, senão não teremos campo para ampliar, na agricultura familiar, a produção de proteína animal, e o peixe é uma grande fonte de proteína.

Por isso, queremos cumprimentá-lo e dizer que somos parceiros nessa empreitada não porque gostemos de peixe ou de pescar, mas porque é uma fonte de renda para os criadores e pescadores, além de ser uma excelente fonte de proteína.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda os problemas na área da Saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a posse da nova diretoria da Aprasc; sugere a privatização da Saúde.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Discorre sobre relatório do Tribunal de Contas acerca das contas do estado; aborda a greve da Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à greve dos servidores da Saúde e ao problema enfrentado pelos hospitais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda os problemas dos hospitais credenciados ao SUS.

Partidos Políticos

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Registra a entrega do Prêmio de Responsabilidade Social à Pré-Vale Pré-Moldados.

DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Reporta-se à greve dos servidores da Saúde; aborda projetos de interesse da região sul; comenta a distribuição dos royalties do petróleo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta preocupação com a greve da Saúde; registra a passagem do Dia da Apae; comemora o repasse de recursos para prevenção das cheias no vale do Itajaí.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se à greve da Saúde; registra a conquista da Associação Concordeense de Handebol.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Lamenta Santa Catarina não ter sido escolhida para estado-sede da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.) A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados. Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sra. presidente Ana Paula Lima, srs. deputados. Gostaria de voltar a um assunto que tenho debatido por diversas vezes nesta tribuna, a saúde. E não é porque se encontra em pauta o tema da saúde ou em função da movimentação dos servidores, mas pelas questões que julgo importantes.

Uma das questões que temos defendido aqui, com frequência, é que os governos precisam investir mais em Saúde. E quando falo em governos não me refiro apenas ao governo do estado de Santa Catarina, refiro-me aos governos dos municípios, do estado e da união. Somente com mais recursos poderemos ter um avanço maior na saúde brasileira.

Agora, no caso específico de Santa Catarina, isto se reforça mais ainda dada a quantidade de problemas que temos pelo estado afora relacionados à saúde. E um dos problemas gravíssimos é esse impasse com os servidores, que já completa mais de 50 dias sem uma solução.

Já apresentei, nesta Casa, uma indicação ao governo sobre a questão das UTIs neonatal, inclusive da região da Ammoc, Associação dos Municípios do Meio Oeste, cuja cidade polo é Joaçaba, onde não existe nenhum leito neonatal.

Temos um levantamento que informa que Santa Catarina possui apenas 149 leitos de UTI neonatal, quando na verdade, pelas orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria (deputado Volnei Morastoni, v.exa. que tem falado tantas vezes nesse assunto), teríamos que ter pelo menos 200 a mais. E um desses locais é exatamente a região da Ammoc que não possui nenhum.

Já citei casos desta tribuna, como de uma criança de Treze Tílias e outra da região de Joaçaba, que precisaram buscar uma vaga em Concórdia ou Curitiba, e se não encontrassem nesses lugares, teriam que se deslocar para mais longe.

Na semana passada, a própria imprensa noticiou a questão das UTIs lotadas, e o caso de uma pessoa que se deslocou de Florianópolis para o planalto norte e conseguiu uma vaga na UTI neonatal. Imaginem os senhores se aqui na capital não estão conseguindo uma vaga, o que será daquele que mora no interior, nas localidades mais distantes que possuem nenhuma ou poucas. Como é o caso de Curitiba com apenas sete vagas, e se precisar atende Joaçaba, ou Concórdia com apenas seis vagas, ou Chapecó que pega toda aquela região do grande oeste e tem apenas dez vagas.

Então, esse tema é importante e precisamos colocá-lo na pauta do dia a dia para termos uma solução melhor para esta questão. Inclusive, os servidores da Saúde estão tentando convencer o governo de que não é possível permanecer o limite de 12% para a Saúde. E esse limite é questionado porque, vez por outra, apresentam-se dados nos quais sequer os 12% estão sendo cumpridos. Mas quero deixar bem claro que os 12% são insuficientes, assim como são insuficientes os 15% nos municípios. Já citei exemplos de prefeituras que aplicam 18%, 20%, 22%, 25% em Saúde. Não dá para admitir que se restrinja apenas ao mínimo constitucional. No salário mínimo é a mesma coisa.

Pode-se buscar alternativas, inclusive no caso do salário mínimo houve a criação do Piso Estadual de Salários para remunerar mais.

Nos percentuais é a mesma coisa, os 12% para a Saúde, os 25% da educação, são o valor mínimo. Mas o que temos percebido ao longo do tempo é a dificuldade dos governos de cumprirem inclusive o mínimo, incluindo despesas não computáveis como o pagamento do salário dos inativos que continua sendo computado, no caso específico da secretaria da Educação. Mas sobre a educação falaremos outro dia, porque o nosso tema hoje é exatamente a questão da saúde.

Entendemos que na origem de tudo isso está a disposição do governo de aumentar ou não o percentual destinado à Saúde. Caso contrário, toda vez que houver essa movimentação de greve dos servidores, como tem sido a lógica neste último período, ouviremos a alegação de sempre: não há recursos.

Pode não existir recursos dentro do limite mínimo de 12%, mas se esse limite for aumentado, com certeza teremos recursos, até porque quem quer definir prioridade precisa alocar recursos para isso. Quem aplica só o mínimo não pode dizer que aquele setor tem prioridade porque o mínimo de 12%, deputado Volnei Morastoni, todos os estados da nossa federação têm que aplicar. Se aplicar apenas 12%, e aí é matemática, deputado Sargento Amauri Soares, não é prioridade porque isso é aplicar o mínimo. Aplicar apenas 12% na Saúde é cumprir o mínimo, ou seja, se cumpre apenas o mínimo, não é prioridade. Prioridade é quando vamos além do mínimo, e muito, ou alguém vai dizer que tem como prioridade pagar bons salários e paga apenas o salário mínimo? Se paga apenas o mínimo, não é prioridade pagar o salário.

Então, repito: se o governo de Santa Catarina diz que saúde é prioridade, temos que bater em cima do percentual destinado à saúde. Não precisamos fazer vitórias nos hospitais para perceber que há problemas, não precisamos olhar a folha de pagamento dos servidores para saber que o salário é baixo, basta olhar o percentual de 12%. Ou seja, não está sendo prioridade.

Essa é a questão central que devemos debater. Quanto Santa Catarina quer aplicar em saúde já que é prioridade. Volto a insistir neste tema porque acho que apenas teremos soluções efetivas, e repito, tanto para a questão dos servidores quanto para os demais problemas, que são inúmeros na área da Saúde, se o governo se dispuser de fato a colocar como prioridade esse setor, quer dizer, alocar mais recursos, não ficar restrito ao mínimo constitucional de 12%. Portanto, além da questão dos servidores, é importante melhor equipar as UTIs neonatal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares. O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Senhora presidente, srs. deputados, servidores da Saúde pública aqui presentes, público que acompanha a sessão pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital. Gostaria registrar o ato de posse

da nova diretoria da Aprasc que aconteceu na noite de ontem, nesta Capital, no clube Novo Horizonte. Foi um evento político evidentemente ou representativo de forças dos movimentos populares, sindicais, com a presença de dezenas de companheiros, de diversas entidades e representações. Contamos com a presença do presidente da Associação dos Oficiais Militares - Acors. Isso mostra uma realidade histórica distinta da que tínhamos em anos anteriores.

Quero desejar êxito e bom trabalho aos companheiros que estão assumindo a gestão a partir de hoje. São 549 diretores de todas as regiões do estado, entre praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O presidente que assume é o Elizandro Lotim de Souza, soldado da Polícia Militar. Por isso, quero dizer da nossa alegria de transmitir para um soldado a função, o cargo de presidente da Aprasc.

Tivemos a honra de presidir essa entidade desde a sua fundação, em 2001, até o dia de ontem, em revezamento com outros companheiros, especialmente o Manoel João da Costa, conhecido como J. Costa. Quero desejar, como já disse, boa sorte e bom trabalho a esses companheiros, ao Elizandro Lotim Souza, e dizer-lhes que estaremos à disposição da entidade.

Quero dizer também que se trata de um projeto de transição que nos alegra, porque demoramos a fazê-lo, mas que separa a entidade representativa de classe do mandato de deputado.

Na condição de presidente e ao mesmo tempo de deputado, criava de vez em quando uma confusão e agora a nossa tarefa aqui, como parlamentar, é estar à disposição da Aprasc, das demandas da classe trabalhadora como sempre foi, no sentido do mandato ser cobrado para que tome as posições da maioria desses trabalhadores. Agradeço a oportunidade pelas homenagens, carinho e lealdade expressadas mais uma vez na noite de ontem. Quero registrar também o ato unificado que houve ontem à tarde por parte de algumas categorias do serviço público estadual em apoio e solidariedade aos trabalhadores da Saúde. Foi uma honra para a Aprasc poder participar também de um processo pedagógico de refletir sobre as contradições existentes na sociedade brasileira e na sociedade catarinense.

Algumas raras pessoas buscam, especialmente nos meios de comunicação, criminalizar o ato. Alguém até escreveu, um editorialista por aí, que estão deixando a população sem atendimento de saúde e que não têm moral para negociar com o governo.

Evidentemente, fiquei refletindo sobre essa frase. O cidadão que escreveu essa frase está morando na lua e não está sabendo nada do que está acontecendo em Santa Catarina ou está, vamos dizer assim, pagando alguma dívida com alguém. Para dizer uma frase possível de dizer neste microfone.

Esse cidadão não leu ontem o que foi noticiado em diversos lugares do Brasil, que mais um, não é o primeiro, mais um sujeito que fez contrato com o governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria de Estado da Saúde, justamente, da saúde, estava sendo procurado pela polícia e pelo Ministério Público de São Paulo, porque é ladrão de dinheiro público da saúde no estado de São Paulo e tem contrato com o governo do estado de Santa Catarina para administrar o Hospital Regional de Araranguá.

Eu já falei ontem e o deputado Volnei Morastoni também já falou sobre isso. Mas será que aquilo, deputado Volnei Morastoni, que nós lemos e falamos nesta tribuna não vale

como verdade ou como informação a ser averiguada pelos meios de comunicação? Se o servidor em greve não tem moral para negociar com o governo, eu perguntaria: O governo, com este tipo de postura, tem moral para negociar com os servidores? É preciso, sim, refletir sobre todas essas questões.

O governador Raimundo Colombo e todos aqueles que falam por este governo, que tenham uma vírgula de juízo, sentem e refletem, à luz da consciência limpa e não do discurso fácil, que o que é público não funciona, portanto, tem que privatizar.

Não vou dizer que não existe porque existe, evidentemente, entidade civil de direito privado séria. Mas está muito claro, muito evidente, está batendo na porta de Santa Catarina, nas prefeituras de Santa Catarina e no governo do estado um fato incontestável de que esta política de privatização do serviço de saúde está levando à criação de uma indústria de picaretagem. Uma máfia de roubo de dinheiro público da Saúde. Inclusive, a rede Globo já fez uma matéria de dez minutos, no programa *Fantástico*, meses atrás, falando disso.

Está cada vez mais evidente que é a forma mais fácil e mais rápida dos picaretas, dos ladrões, dos parasitas, sugarem dinheiro público da Saúde.

E se aqui no estado de Santa Catarina as autoridades não se atentarem contra isso, vamos acabar tendo CPI, porque um dia a metade desta Assembleia Legislativa e um pouco mais, vai entender que não dá para admitir certas coisas, por mais governistas que se seja.

E falo com indignação sobre essa questão, porque é um absurdo qualquer forma de roubo. Roubo de dinheiro público é um absurdo maior, feito por agente público é um absurdo maior, facilitado por agente público é absurdo maior.

Roubar dinheiro da saúde no Brasil precisa ser crime inafiançável. Eu tenho uma posição bastante reticente com relação à pena de morte, porque se houvesse, matariam pobres em geral e, algumas vezes, inocentes. Mas neste caso, deputada Ana Paula Lima, para ladrão de dinheiro da saúde tem que ter pena de morte. Ladrão de dinheiro da saúde, colarinho branco, picareta, sanguessuga, parasita de dinheiro da saúde do povo que está morrendo na fila por falta de atendimento, precisa ser punido com pena de morte. (Palmas das galerias) Coloco-me à disposição com 360 tijolos para resolver o problema. Não é possível que numa sociedade como a nossa se naturalize uma bandidagem deste tamanho.

Não é possível que o governador não queira saber. Não é possível que o secretário de estado assine contrato e não vá verificar com quem. As questões programáticas e ideológicas são válidas e o debate é importante, mas no mínimo tem que ter gente honesta do outro lado, porque ladrão dessa espécie, colarinho branco, que rouba dinheiro das crianças que morrem por falta de atendimento, não merece o nosso respeito.

Os trabalhadores têm razão em falar de CPI, porque enquanto falta tudo nos hospitais para atender a população, tem ladrão levando dinheiro público de Santa Catarina, embolsando. Não é possível que não haja indignação! Eu não tenho mais o que dizer! Resolva-se!

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero cumprimentar os servidores da Saúde que se fazem presentes nesta Casa. Sejam bem-vindos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, os servidores da Saúde. Deputado Sargento Amauri Soares, parece que a pauta nesta quinta-feira, neste final de dezembro, vai ser toda sobre saúde. E não pode ter outra pauta, nesta Casa, enquanto não se resolver definitivamente este impasse que não é culpa dos servidores públicos.

A greve é um direito legítimo e nós sabemos da disponibilidade de negociação dos servidores. Inclusive, quero parabenizá-los pela capacidade de resistência que estão tendo.

Como médico, deputado Volnei Morastoni, ontem estive conversando com um colega cirurgião, que trabalha no estado e no Cepon, que me disse que basicamente a maioria dos pacientes que está fazendo quimioterapia e radioterapia para posteriormente ser submetido a procedimento cirúrgico, está morrendo por falta de atendimento cirúrgico nos hospitais.

E não é por falta de servidores, é pela falta de condições de trabalho que o estado oferece a esses profissionais e pelas condições técnicas nesses hospitais. Este estado chegou ao seu limite na questão da saúde. Deputado Volnei Morastoni, estou aqui com um relatório do Tribunal de Contas, referente ao ano de 2011, das contas do estado.

Esse relatório está no Ministério Público, porque não é apenas a questão da saúde, é uma série de levianidades administrativas desse governo.

Estou me especializando em Tribunal de Contas, deputado Joares Ponticelli. Podem apostar, vou entender daquilo ali como poucos. Já solicitei ontem uma série de informações sobre a quantidade de funcionários efetivos e comissionados daquela casa. Quantos comissionados para cada conselheiro e a festa que existe lá. Se não me engano, chega a 400 terceirizados.

Mas entrando no item Saúde, aqui diz o seguinte: "No ano de 2011, vultoso superávit na conta relativa aos recursos arrecadados através do Programa Revigorar III, com a aplicação de apenas 15.49% dos valores arrecadados em ações e serviços públicos de saúde, demonstrando inobservância do princípio da eficiência previsto no art. 37 em relação à Saúde".

Ou seja, os recursos do Programa Revigorar não foram aplicados na Saúde. E existem outras coisas do ponto de vista de gestão, como "retenção de recursos destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE", e destino APAE é destino à saúde. Fala em retenção de recursos destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 18,07 milhões. Foram retidos recursos que eram para ser repassados às APAEs em desacordo com o art. 8º da Lei estadual n. 13.334/05.

Nós fizemos leis aqui para o estado cumprir ou fazer de conta que não existem? Qual é o nosso papel nesta Casa?

Quando entra na questão do Iprev, no item 10, diz: "Ocorrência de perda financeira estimada em R\$ 100 milhões no Instituto da Previdência. Cem milhões, deputado Sargento Amauri Soares. Isso dava para pagar o que precisava na saúde e, programado, resolveria o problema da questão da folha de pagamento dos servidores, deputado Volnei Morastoni. É só R\$ 100 milhões perdidos no Iprev, "em

decorrência de enquadramentos considerados inconstitucionais, fato que impede a realização da compensação entre os regimes de previdência". E traz algumas recomendações em relação ao planejamento orçamentário: "Recomendar planejamento orçamentário para o estado e para o secretário da Fazenda."

Vê se pode! Está aqui: "Realizar planejamento orçamentário condizente com a realidade do estado mediante a elaboração de orçamento fiscal da seguridade social e de investimentos, contendo metas exequíveis e estimativa de receita e despesas em valores compatíveis com os necessários para a realização de projetos e atividades. Priorizar as ações selecionadas pela sociedade catarinense nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado". E em todas as audiências públicas do Orçamento Regionalizado do estado, sem exceção, a saúde é prioridade, o que não está sendo cumprido por este estado.

Aqui ainda tem uma recomendação. Fala do "descumprimento da lei de transparência por parte do estado catarinense, principalmente pela secretaria da Fazenda." "...o total cumprimento de lei complementar, de acordo com o Decreto Federal n. 7.185/10."

E aí esse relatório foi parar no Ministério Público, porque aqui recomenda que na saúde deva-se utilizar o vultoso superávit da conta relativa aos recursos arrecadados através do Programa Revigorar III, para atendimento das necessidades da saúde estadual de Santa Catarina. Está aqui no relatório do Tribunal de Contas. E eu pergunto: o que faz o Ministério Público de Santa Catarina neste momento, que não chama o estado e o enquadra para resolver esse problema? Porque nos municípios é assim que fazem com o prefeito quando ocorre greve, como foi em Joinville, principalmente quando o prefeito é do PT. E aqui não se toma nenhuma providência, não se chama o governador à sua responsabilidade efetiva, pois até agora não atendeu os servidores numa única reunião.

(Palmas das galerias)

Não se chama os gestores dos hospitais, deputado Volnei Morastoni, para claramente o Ministério Público mostrar que o estado de falência administrativa não é por de falta de recursos para a saúde do estado catarinense.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, o povo catarinense não pode passar o final de ano sem ter esse problema solúvel resolvido, porque o que se tem aqui é falta de decência administrativa, é falta de responsabilidade pública, de lentidão de um governo que anda mais lento que qualquer lesma. Povo catarinense, chega! O governo deste estado tem que resolver essa greve, os servidores não podem passar o Natal e Ano-Novo sem ter resposta efetiva deste governo, que se elegeu dizendo que iria cuidar de pessoas, e que costuma dizer que briga não resolve problema, mas que não se dispõe a sentar e negociar um problema tão grave como este que estamos vivendo, uma greve que já chega a 90 dias.

Companheiros, mantenham-se firmes na luta, porque não é apenas uma questão salarial, é uma questão de justiça, de honradez, de atendimento público para parar de morrer catarinenses nos hospitais.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima. Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos. O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Minha querida companheira deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, deputados Jailson Lima, Silvio Dreveck, Neodi

Saretta, Aldo Schneider, Romildo Titon, Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon, que estão presentes nesta sessão, minha saudação aos servidores da Saúde e a todos que nos acompanham pela TVAL.

Deputado Sargento Amauri Soares, se continuar do jeito que está o governo, apenas vendo a banda passar, sem assumir as suas responsabilidades com a saúde, com a situação que se agrava, daqui a pouco não vamos falar de CPI, daqui a pouco vamos falar de *impeachment*.

(Palmas das galerias)

A saúde é coisa séria! Muito mais séria do que essa forma trivial com que o governo a está tratando. A situação se agrava pelo estado devido à falta de sensibilidade do governo perante a situação como está posta, e perante a situação dos servidores, legítima, justíssima e corretíssima nas suas reivindicações. A insensibilidade do governo faz agravar a situação. Por exemplo, em Joinville, há a sobrecarga, que não é culpa absolutamente de nenhum servidor, e o secretário acha normal, como também o governo.

Nós já falamos aqui que o SUS é um "suscesso" quando se quer, quando os governantes querem. Quando os governantes têm vontade política, o SUS é um "suscesso"; ele tem todos os ingredientes. Há um capítulo na Constituição, nas leis orgânicas, em que todo o arsenal que temos está à disposição dos governantes, do governo federal, dos governos estaduais e municipais. Temos tudo para governar, para cuidar bem e colocar a saúde como prioridade. É apenas uma questão de vontade política.

Enquanto isso, srs. deputados e sras. deputadas, enquanto estamos assistindo de perto essa situação da saúde todos os dias, outras situações vão ocorrendo pelo estado. Na minha região, por exemplo, de Balneário Camboriú, depois dos descabros daquela OS - Organização Social -, da Cruz Vermelha Brasileira, capítulo do Paraná, que foi um desastre total, com fraudes e desvios de recursos públicos, repete-se essa cena no Hospital Regional de Araranguá, quando o governo teima em credenciar, em investir nessas chamadas organizações sociais que vêm de outras paragens, pois o governo não segue critérios de seriedade para poder credenciar uma entidade como essa antes de entregar nas mãos...

O governo não quer receber os hospitais, o governo se recusa a isso, como assisti em Araranguá, numa audiência pública da comissão de Saúde, em que a comunidade da região do extremo sul tinha uma proposta, a partir dos municípios e de outras entidades locais, regionais que queriam assumir o Hospital Regional de Araranguá. Já que o governo não tinha vontade, a comunidade local, regional queria assumir, com pessoas e com entidades conhecidas, mas o governo recusou para dar preferência a uma entidade fraudulenta que está sendo procurada pela polícia, denunciada pelo Ministério Público!

(Palmas das galerias)

Então, o governo tem cometido equívocos imperdoáveis, apesar de todas as advertências que têm sido feitas por esta Casa, pelos deputados, pela comissão de Saúde e pelo SindSaúde.

E lá em Balneário Camboriú isso está acontecendo com o Hospital Santa Inês. Está aqui o deputado Dado Cherem para comprovar isso. No ano passado já tratamos disso por causa do verão que se avizinhava e estamos chegando agora em outro período de verão, em que o fluxo na região litorânea norte aumenta substancialmente, e o Hospital Santa Inês continua fechado desde março deste ano, com

risco de ir a leilão. Ele tem pronto-socorro, tem seis salas de cirurgia, tem UTI neonatal, deputado Neodi Saretta, v.exa. que acabou de fazer um pronunciamento também reafirmando as denúncias desta semana sobre a falta de leitos de UTI neonatal no estado.

Santa Catarina tem hoje 149 leitos, mas precisamos de mais 200 leitos, mais do que o dobro, e há leitos fechados por todo o estado. O Hospital Santa Inês é um exemplo de leitos fechados de UTI neonatal.

No entanto, o governo continua insensível, depois de dezenas e dezenas de vezes que levamos a situação daquele hospital para ser resolvida, para poder compartilhar com o Hospital Marieta Konder Bornhausen, que está superlotado e os pacientes estão internados nos corredores. O hospital chegou ao ponto de depois de uma quantidade de cirurgias, interditar o centro cirúrgico porque os pacientes operados tiveram que ficar internados nas dependências do centro cirúrgico por falta de leitos. E, no entanto, é um hospital com toda capacidade instalada, mas com leitos desativados, com salas cirúrgicas desativadas, com leitos de UTI para adultos e neonatal, e o governo só está vendo a banda passar. Ontem a maternidade de Tijucas fechou as portas.

Fizemos audiência pública lá pela comissão de Saúde e discutimos os problemas da saúde no vale do rio Tijucas. Há hospital em Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento, e foi proposto ao governo pela comunidade, prefeitos, Câmara de Vereadores, secretários de Saúde e dirigentes hospitalares uma regionalização começando pelo vocacionamento dos hospitais, cada um deles tendo a proposta de como pode ser vocacionado, mas há uma total falta de atenção e de interesse do governo do estado; nenhuma atenção, pelo contrário, fecha as portas da maternidade de Tijucas. Por quê? Porque o governo do estado também deixa de exercer outro papel fundamental que é o de acompanhar município por município na saúde, acompanhar região por região e estabelecer uma forte parceria com os municípios, abraçá-los para na prática já promover a descentralização da saúde, cantada em verso e prosa.

Mas estão aí os hospitais, como citei aqui dois exemplos e poderia citar outros pelo estado afora, que estão fechando as portas por absoluta falta de vontade política do governo, após e apesar de reiteradas, seguidas solicitações nossas para tratar do assunto. Até cheguei a falar ao secretário, que não é tão fácil de resolver se olharmos o mapa dos hospitais de todo estado e as diferentes situações, mas que se faça como Jack, o estripador, ou seja, vamos resolver por partes, caso a caso! Vamos pegar a região de Tijucas, por exemplo, que tem propostas concretas para resolver a questão do vocacionamento, e vamos resolver o problema da Amfrí!

Portanto, quero dizer que a situação dos servidores da saúde aqui é um benefício! A greve dos servidores é um favor que estão fazendo para o povo de Santa Catarina, para desnudar essa realidade. Esperamos que o governador não deixe passar Natal e Ano-Novo, e que até semana que vem, quando esta Casa entrará em recesso, haja uma solução definitiva para esse clamor dos servidores que é o clamor da saúde do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. depu-

tadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, preparei uma matéria sobre as bolsas de estudo das universidades do Sistema Acafe, das universidades particulares, mas não quero me furtar de dar uma contribuição sobre essa discussão que até o momento não está resolvida, que se refere à saúde.

Como já falei aqui por várias vezes, a questão da Saúde ultrapassa os limites de poder do governo de Santa Catarina e a contribuição que os colaboradores da Saúde estão dando com esse movimento, deve ser interpretada como um grande momento para o nosso estado e para o Brasil discutir o sistema de saúde utilizado, porque, infelizmente, a parte burocrática é muito bonita, mas a prática não funciona.

O Hospital São José de Tijucas não é público, não é do governo, é conveniado. O Hospital Marieta Konder Bornhausen não é público, é conveniado. E assim existem 220 hospitais conveniados. O hospital de Nova Trento, por exemplo, onde faço parte do corpo clínico, está quase totalmente fechado.

Ouvimos há um tempo o governador lançando um programa para a construção de aproximadamente um mil leitos normais e de UTI, mas duvido que se fizerem um levantamento dos leitos fechados na rede "privada", entre aspas, na rede conveniada, porque a grande maioria desses hospitais são de igrejas, de comunidades luteranas, católicas, de benfeitores da sociedade, e estão parados por conta de alguma questão burocrática, não cheguem a um total de, aproximadamente, 800 a 900 leitos que poderiam voltar a funcionar se o SUS retirasse essa burocracia, essa tal gestão plena.

Inclusive, o Hospital Azambuja, de Brusque, tem um mil AIHs para receber e está promovendo uma rifa para conseguir pagar a folha de pagamento e o décimo terceiro dos funcionários. E ainda ouvimos falar em programa de mutirão! Mas se é feito o mutirão, porque não é pago aquilo que já foi realizado? Aquilo não está valendo? A informação que tenho é de que o SUS, no momento do credenciamento dos hospitais, alega uma porção de requisitos necessários e intransponíveis à instituição e acaba por não credenciar os hospitais do interior que, não estando credenciados, não por falta de capacidade técnica ou profissional, até porque pela Unimed, particular ou por outros convênios, esses hospitais fazem o atendimento de todas as especialidades, não podem efetuar o atendimento pelo SUS.

Então, como o SUS diz não ao credenciamento de alguns hospitais? Impondo muitas exigências impossíveis de serem cumpridas. Mas na prática o que o SUS quer mesmo é dizer não ao doente, àquele que está adoentado, fazendo com que o paciente procure atendimento em algum lugar e, se ele não possuir recursos, tem que chorar ao prefeiro para que ele seja transferido a Florianópolis, mas lá, na sua cidade, ele não pode ser atendido, e muitas vezes o hospital está fechado.

Em Botuverá, por exemplo, minha terra natal, há um hospital com 20 leitos fechados. Agora o governo vai fazer mais 20 em algum lugar, não sei, mas aqueles estão fechados.

Então, duvido que se fizermos um levantamento dos leitos fechados na rede conveniada, na rede "particular", entre aspas, dessas entidades beneficentes, que não chegue próximo a 800 ou 900 leitos que, para voltarem a funcionar, basta que o SUS retire essa burocracia, a tal da gestão plena, que tira a capacidade do secretário da Saúde de gerir a

sua pasta em 25 cidades regionais do estado de Santa Catarina.

Quem manda naquela região não é o sr. Dalmo Claro de Oliveira nem o governador Raimundo Colombo. O secretário de Saúde de lá é quem manda no seu município e em mais sete ou oito municípios do seu entorno. E quem não beijar a mão não é atendido. A alternativa que tem o prefeito daquela cidade... Por exemplo, Botuverá e Guabiruba dependem da secretária da Saúde de Brusque. Se o paciente receber um não na secretaria de Brusque, precisa pegar a ambulância, o micro-ônibus e vir para Florianópolis. E aqui ele ouve um não meramente porque os nossos colaboradores estão ajudando a dar essa informação ao governo para dizer que o problema não está em cima da greve dos funcionários. A greve dos funcionários é a oportunidade, como já disse aqui, que a sociedade tem de conhecer melhor qual é o sistema de saúde que temos em Santa Catarina e no Brasil. E todos nós, a começar principalmente pelos pacientes e os funcionários, somos vítimas desse sistema.

Por isso que há, sim, que haver a interposição não apenas do secretário da Saúde, mas também do governador Raimundo Colombo para mudar o sistema SUS que faz essas exigências de tal forma que acabam não tendo a gestão.

O sistema de credenciamento é uma forma excludente e faz com que os municípios do interior, não conseguindo prestar o atendimento no hospital do seu município ou região, obriquem-se a transferir os pacientes para a capital. E aqui na capital, naturalmente por esse movimento que eu considero justo... E precisam, sim, ter o apoio da secretaria da Saúde e do governo do estado para resolver essa questão. Mas muito mais do que resolver essa questão dos funcionários, que é uma questão importante que precisa ser resolvida, precisamos também, paralelamente, discutir urgentemente a questão da autonomia do estado de Santa Catarina para gerir os recursos que vêm ao estado, e que temos direito, vinculados a uma legislação amarrada que impede a secretaria da Saúde e o próprio governo do estado de aplicar corretamente, ou como deveria ser, os nossos recursos.

Por isso, agradeço a colaboração que os funcionários da Saúde estão dando à sociedade e ao governo para fazer a discussão. Não teríamos aqui nesta Casa essa discussão, com a participação dos deputados como tivemos hoje, e como estamos tendo nesses 60 dias de greve, se não fosse esse movimento que está sendo feito.

Por isso, contem, sim, com o meu apoio, mas também contem com a minha participação para mudar a estrutura da saúde, que é muito burocrática.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que acompanha essa sessão plenária, todos que nos assistem pela TVAL ou nos ouvem pela Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

"No último dia cinco, esta Assembleia Legislativa realizou uma sessão especial para a entrega do Prêmio de Responsabilidade Social, prestigiando empresas e entidades selecionadas por uma comissão de certificação, que fez minuciosa análise de balanços sociais, conforme requisitos exigidos de todos os que quisessem concorrer ao Troféu Destaque Santa Catarina. Nosso estado, que tem uma população reconhecida pela busca da excelência em vários ramos de atuação, que é diferenciado por sua miscigenação cultural, topografia, pelo tamanho de suas cidades, o equilíbrio entre as regiões, cada qual com suas peculiaridades econômicas, amplia o valor de um concurso como o que é promovido pelo nosso Parlamento.

Pois é esse ambiente que valoriza e justifica que eu aqui fale com muito orgulho de uma empresa do meu município de origem, que é Ibirama, a Pré-Vale Pré-Moldados, uma das cinco agraciadas com o Troféu Destaque, entre 16 empresas e 34 entidades que concorreram ao certame.

A Pré-Vale é uma empresa com 10 anos de história aliados a décadas de experiência da família Jaeger em lidar com o público, associar pessoas em busca de objetivos e trabalhar forte, mas sempre respeitando a cultura dos negócios centrados no respeito às pessoas e ao meio onde vivem, respeito à legislação, na ética e na transparência dos negócios, conforme apregoa seu diretor presidente Gilmar Jaeger.

Para contar um pouco da história que explica essa tradição, volto ao ano de 1912, portanto há exatamente um século, quando chegaram a Ibirama o senhor Frederico Jaeger e sua esposa dona Ida Jaeger, ambos imigrantes alemães. Ele logo decidiu montar uma ferraria e, incentivado por outros colonizadores, retornou à Alemanha para buscar treinamento e matéria prima, a fim de produzir em Ibirama ferramentas manuais. Além disso, a empresa Jaeger também se dedicava ao transporte de mantimentos e derivados de leite, utilizando as tropas de animais, que eram o transporte possível naquele tempo.

Já no final da década de 50, a firma individual se tornou uma sociedade, com a participação dos filhos, e passou a ter como objetivo a produção de ferramentas agrícolas e artefatos de madeira. A sociedade foi encerrada em 1963, mas o senhor Frederico Jaeger Filho continuou no ramo, produzindo ferramentas agrícolas e artefatos de madeira.

Em 1974, a empresa Frederico Jaeger, já instalada na Serra de São Miguel, tornou-se uma indústria de artefatos de cimento e carrocerias para veículos automotores, e ganhou o nome fantasia de Cimemar. Na década de 80, transformou-se em Cimemar Artefatos de Cimento e já apresentava uma terceira geração dos Jaeger em seu comando. E em 2002 os sócios optaram por realizar uma cisão daquela empresa, o que deu origem a Pré-Vale Pré Moldados, que tem em seu comando o senhor Gilmar Jaeger. Vejam que toda essa história familiar revela uma cultura empresarial, o que justifica o padrão de excelência obtido pela Pré-Vale!

A empresa é uma potência em Ibirama, onde está sediada numa área de 42 mil metros quadrados, com mais de nove mil metros quadrados de área construída. Tem uma capacidade de processar 25 mil metros cúbicos/ano de concreto utilizados na fabricação de tubos, postes e em construções. Mas a empresa, antes de tudo, é marcada pelo investimento constante nas pessoas que lá trabalham, cerca de 200 colaboradores.

Pré-Vale tem por missão proporcionar ao mercado soluções inteligentes, produtos e serviços de qualidade diferenciada, sempre respeitando as leis e as pessoas.

Em sua gestão, todos os dirigentes participam das tomadas de decisão e periodicamente avaliam o planejamento estratégico. As políticas de capacitação profissional e de cargos e salários valorizam a mão de obra qualificada. E a empresa atua de forma articulada com seus colaboradores, com programas que incentivam a formação de cidadania e o fortalecimento dos laços com a comunidade.

Trimestralmente, lá é feita uma avaliação para acompanhar o desenvolvimento dos profissionais para ajustar os quadros aos projetos da empresa e dar oportunidade de crescimento. Sistematicamente os colaboradores participam de feiras e eventos relacionados com o ramo de atuação da Pré-Vale. Também são constantes os chamados Diálogos de Segurança, encontros em que todos são orientados sobre comportamentos preventivos à acidentes de trabalho e sobre a utilização de equipamentos de segurança.

Há ainda uma campanha permanente por melhorias de procedimento que são sugeridas pelos próprios trabalhadores. Para exemplificar esse sistema, basta dizer que em 2011 um colaborador sugeriu a criação de um programa de avaliação de obras feitas pela Pré-Vale cinco anos após a data de entrega. Ou seja, é uma empresa que faz negócios, executa e tem a preocupação de saber da qualidade de seus produtos passado o prazo de cinco anos da execução dos serviços!

A Pré-Vale também executa ações ambientais, com tanques de decantação para utilização de água da chuva e a reutilização de água de processos industriais, chegando a poupar mais de dois milhões de litros de água da rede municipal de abastecimento. E também reaproveita sucata de metais, óleos e outras sobras do processo industrial.

Mas o que considero mais valioso é a política de aproximação que seus funcionários desenvolvem com a comunidade de Ibirama. Vejam que a direção da Pré-vale instituiu um programa comunitário chamado de Funcionário Cidadão, em que todos os colaboradores podem sugerir ações direcionadas às comunidades do município. Para isso eles precisam se inteirar de necessidades apresentadas por associações de moradores, de entidades filantrópicas reconhecidas, e aí apresentam essas necessidades, no contexto interno da empresa, e é feita uma eleição para a escolha dos melhores projetos que serão ajudados pela empresa com dotações financeiras e o apoio para a execução do projeto acatado pela maioria dos funcionários da Pré-Vale.

O valor doado é significativo, mas não é tanto pelo valor e, sim, pelo interesse que o projeto desperta, o envolvimento criado entre colaboradores da empresa e associações de seus bairros de origem, ou seja, o que vale mais é um processo para a criação de lideranças e do senso do bem-estar comunitário. O programa já teve duas edições e na última foi feita a doação para a reforma da cozinha da quadra de esportes Pedro Peron, ligada à Capela São Miguel, benfeitoria apontada por um grupo de quatro colaboradores da Pré-Vale, sob a justificativa de que aquele local era mais que um núcleo esportivo de um centro religioso, mas, sim, um centro comunitário do bairro que fica próximo da empresa.

O primeiro projeto conquistou 37% da preferência dos votantes no concurso e, em segundo lugar, com 24% dos votos ficou outro

bom projeto para ampliação do parque infantil do Centro de Educação Lidi Brodwolf. Ou seja, são ações como essa que valorizam uma empresa que alia a tradição com a qualidade, a oportunidade de crescimento profissional com o sentimento de compromisso com a comunidade, e tudo isso explica o sucesso da Pré-Vale, a quem quero cumprimentar pelo prêmio obtido com justiça, Destaque em Santa Catarina, por suas políticas de responsabilidade social.

Agradeço a oportunidade e quero aproveitar para também reverenciar aqui duas pessoas que marcaram sua passagem pela vida pública em Santa Catarina, o sempre reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Caspar Stemmer, que mudou o padrão do Centro Tecnológico da nossa maior universidade e foi um dos principais responsáveis pela implantação de cursos como os de Arquitetura e de Jornalismo da UFSC, e o ex-secretário de estado da Educação e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Antero Nercolini, que deixaram o nosso convívio nos últimos dias. Foram duas pessoas que marcaram suas ações pela busca da excelência e a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses.

Muito obrigado."

Então, gostaria de ratificar aqui o trabalho dessas duas personalidades catarinenses. Mas também não poderia deixar de mensurar o que representa a empresa Pré-Vale na região que represento neste Parlamento.

É uma empresa de cunho familiar que há um século, usando a força dos nossos imigrantes que chegaram a Santa Catarina, conseguiram montar um negócio com muita dificuldade e, ao longo desses 100 anos, através de determinação, de seriedade, de trabalho e, acima de tudo, de persistência, a família Jaeger hoje emprega centenas de trabalhadores no município de Ibirama e região, produzindo artefatos de cimento.

São histórias como esta, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, que mostram que Santa Catarina tem o seu diferencial exatamente pela força da sua gente, pela força de seu povo. Vivemos num estado extremamente pujante onde as pessoas não esperam os governos federal, estadual ou municipal fazerem com que as nossas cidades se desenvolvam. A própria sociedade catarinense, por vontade própria, possui o dom de buscar através do trabalho a realização, tanto no aspecto privado quanto no aspecto público, das ações de que precisa.

Evidentemente, estou falando aqui de uma empresa familiar que congrega um segmento de 200 pessoas, outro segmento de 500 pessoas. Vocês imaginem quantos tributos geram essas empresas para os cofres do governo de Santa Catarina, para aos cofres do governo federal. Mas isso tudo com dedicação, com muito trabalho e, acima de tudo, com muita determinação.

Por isso, quero deixar registrado neste Parlamento, nos anais desta Casa os nossos cumprimentos a todas as pessoas que de uma forma ou de outra fazem a economia catarinense ser a economia que é, representativa em nível de Brasil, e isso só acontece exatamente pela nossa gente, pelo nosso povo.

Agradeço a atenção de todos os srs. parlamentares, agradeço à TVAL, aos telespectadores da Rádio Alesc pela oportunidade, e, evidentemente, a partir deste momento estamos fazendo justiça a quem realmente produz neste estado e que faz deste estado a diferença para ao Brasil. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Como deputado do alto vale, também quero fazer referências ao Frederico Jaeger Neto e à Pré-Fabricar, pois sabemos não apenas da imponência da empresa, mas também da importância dela no contexto econômico do alto Vale.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar, sr. presidente, a presença nesta Casa do nosso vice-prefeito eleito no município de Cunha Porã, Douglas Gomes e de sua esposa. O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos à Casa do Povo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP. Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Jailson Lima, cumprimento todos os deputados nesta manhã, também em nome do nosso líder Silvio Dreveck quero cumprimentar todos os nossos telespectadores da TVAL.

Hoje é uma manhã de reflexão, pois queremos, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, demonstrar aqui a nossa preocupação com o andamento da greve e todo o prejuízo que tem trazido à saúde dos catarinenses.

É preciso manter um diálogo aberto, é preciso manter a capacidade de negociação das duas partes. Acredito ser possível, pois já vimos no estado várias greves acontecerem em vários períodos e o entendimento prevaleceu em nome da sociedade, mas quando se trata de saúde isso é mais importante ainda.

Quero colocar à disposição do Movimento Sindical da área do governo a nossa Frente Parlamentar, se pudermos ajudar na busca do encaminhamento e da solução. Todos sabemos que o problema de saúde neste país é um problema de financiamento. Temos bons programas, temos excelentes hospitais, excelentes profissionais, mas é um problema de financiamento, faltam recursos para financiar a saúde pública no país. O país criou uma lei extraordinária que é a lei do SUS, socialmente justa, perfeita, mas esquecemos de colocar combustível neste veículo para que possa andar e atender bem à nossa população.

Recentemente, através da Frente, descobrimos que Santa Catarina tem um dos menores tetos dos três estados do sul. Recebemos menos dinheiro *per capita* do que o Paraná e o Rio Grande do Sul. Essa é uma distorção que se fosse corrigida hoje, já daria para pagar tudo aquilo que o movimento da saúde está pedindo em termos de gratificação. Isso significa que Santa Catarina está perdendo de R\$ 9 milhões a R\$ 10 milhões mensais com essa diferença do teto da saúde. Estamos perdendo também recursos em outras fontes.

Nós, da Frente Parlamentar, com o movimento nacional, estamos encabeçando um movimento para criar uma lei de iniciativa popular em que vamos obrigar o governo federal a aplicar 10% do seu orçamento em saúde, da mesma forma como é feito com as prefeituras, que gastam 15% do seu orçamento em saúde, e com o governo do estado que gasta 12%. Assim, queremos, com a participação da sociedade brasileira, fazer um abaixo-assinado com mais de 1 milhão e meio de assinaturas e colocar na Constituição federal a obrigação do governo federal gastar também 10% do seu orçamento em saúde, para que

todos os ouvintes possam saber quanto o governo federal vai gastar em saúde. Sem isso não é possível financiar a saúde pública no país. Não podem exigir dos estados e dos municípios quando o governo federal não cumpre a sua parte. Nós precisamos, sim, continuar investindo em melhoria da gestão da saúde, mas é preciso olhar a questão do financiamento. Sem dinheiro não se vai a lugar nenhum. E o governo precisa dar o exemplo, já que é ele que capta a maioria dos impostos neste país.

Por isso, fica aqui o pedido de apoio de todos os srs. deputados a esse movimento nacional para a implantação de uma lei de iniciativa popular e resolver de vez a questão do financiamento da saúde pública no país, possibilitando remunerar melhor o médico, evitar o fechamento de hospitais, de movimentos grevistas, porque os funcionários da saúde estão fazendo essa greve, mas a vontade deles era estar no hospital atendendo a população, pois sabemos da vocação e da vontade que têm de trabalhar. Precisamos resolver esse impasse, mas não é só Santa Catarina que tem problemas, é o Brasil inteiro.

Outro assunto que quero abordar nesta manhã é fazer um apelo a todos os Pares para que sejam votados no Orçamento projetos de interesse da região sul: a pavimentação que liga Jacinto Machado à Praia Grande, que está na emenda do Orçamento regionalizado; a construção do Centro de Dependentes Químicos Vernon Johnson de Urussanga. Há uma emenda da região de Criciúma pedindo a aprovação desse centro. Há um movimento da sociedade, que aguarda a aprovação dessa emenda para realizar esse sonho de todos nós.

Quero pedir também que seja revista no Orçamento a questão da pavimentação da rodovia que liga a comunidade de Morro Grande, no município de Sangão, ao Balneário de Campo Bom, em Jaguaruna.

Esta emenda será votada na próxima semana e será importante para desenvolver o turismo e também as comunidades de Morro Grande e Jaguaruna, que estão com o desenvolvimento atrasado por falta de investimentos do governo estadual e também de outras esferas do governo.

Fica aqui também o pedido de apoio para o envolvimento de todos os srs. parlamentares na questão dos *royalties*. Ontem a Câmara dos Deputados conseguiu aprovar um projeto que coloca a votação do veto em regime de urgência já na próxima terça-feira. Isso vai ser muito importante porque Santa Catarina vai poder receber mais de R\$ 200 milhões em 2013, caso consigamos derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff na próxima terça-feira. A todos que possam pedir o apoio dos parlamentares federais, da sociedade, desta Casa também, é importante e vale a pena mobilizar o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados para aprovarmos uma justa distribuição dos *royalties*.

Está escrito na Constituição do Brasil, a sociedade brasileira já aprovou, através do seu art. 20 que determina como prioridade que toda propriedade de recursos naturais da união existente na plataforma continental pertence ao país, portanto, pertence a todos os estados e a todos os municípios brasileiros.

Não é justo que mais três estados recebam mais de R\$ 200 milhões de *royalties*, enquanto o resto do Brasil fica à míngua com problema de desenvolvimento, com falta de recursos para investimento na saúde, na segurança pública e na educação. Fica aqui o nosso apelo a todos os nossos deputados federais e a todos os senadores para que, na próxima terça-feira, possam derrubar o veto e

trazermos mais de R\$ 200 milhões no próximo ano, somente em *royalties*, para o nosso estado e também para os nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos por até 14 minutos. O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, cumprimento nossos telespectadores, ouvintes da Rádio Alesec Digital, aqueles que acompanham aqui esta sessão, funcionários públicos da saúde.

Tem sido também a nossa preocupação, enquanto parlamentar desta Casa, que tenhamos um desfecho positivo e um bom encaminhamento na questão da greve dos servidores públicos da saúde do estado. Deputado José Milton Scheffer, de fato precisamos ver a reengenharia desses números no que diz respeito à participação dos municípios do estado e da federação.

A maioria dos municípios de Santa Catarina, hoje, segundo dados do Tribunal de Contas, investe mais de 20% na Saúde. O estado está investindo cerca de 12% e a federação não chega a 5%. Esse é um desafio e nós precisamos avançar neste debate para que, de fato, tenhamos bom encaminhamentos no que diz respeito à saúde de todos os catarinenses.

Quero, sr. presidente e srs. deputados, fazer uma referência especial. Nesta semana tivemos o dia da reflexão, o Dia da Apae, o maior movimento social pela dignidade e inclusão de pessoas portadoras de deficiências neste país.

A Apae, que também está presente na maioria dos municípios de Santa Catarina, busca promover e articular ações de defesa e de direitos do portador de deficiência, prevenção, apoio à família, qualidade de vida, buscando uma sociedade mais igualitária.

O símbolo da Apae é a figura da flor margarida com pétalas brancas desniveladas em posição de amparo. Isso traduz exatamente a proposta dessa belíssima organização social no país, Apae, que busca amparar pessoas portadoras de deficiência. Nosso respeito e nossa homenagem a essa organização pelo dia da Apae em nosso país.

Sr. presidente, srs. deputados, recebemos com muita satisfação a notícia, nesta manhã, de que finalmente o governo federal esta autorizando os R\$ 347 milhões de repasse para a prevenção das cheias do vale do Itajaí. Ontem, finalmente, o governo federal sinalizou com essa deliberação. É um investimento em um projeto no total de R\$ 1,5 milhão, mas essa primeira parcela está chegando para a construção de três barragens nos afluentes do rio Itajaí-Açu, acima da cidade do Rio do Sul, que vai conseguir reter pelo menos 17.000m³ de água. É uma boa notícia para Santa Catarina.

O projeto envolve também a retificação da calha do Itajaí Mirim, dando segurança aos moradores de Itajaí e navegantes. A ampliação na altura das barragens já existentes em dois metros e, principalmente, o ato de predição, certamente evitará perdas de vidas e de patrimônio. Registro com satisfação esses recursos que chegam a Santa Catarina nessa parceria com o governo federal no valor de R\$ 347 milhões para prevenção e melhorias estruturais que, acima de tudo, vão salvar vidas.

Sr. presidente e srs. deputados, esta é a última sessão ordinária do ano, teremos na

próxima semana sessões extraordinárias para votação do Orçamento. Por isso, quero aproveitar esse último instante nesta tribuna para desejar sucesso a todos os funcionários desta Casa, aos deputados na sua caminhada em 2013, aos nossos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesec Digital, enfim, a todos os catarinenses que as conquistas do passado, os valores cultivados no presente e as expectativas para 2013 se traduzam em solidariedade, justiça e numa Santa Catarina mais bela e próspera.

Concluo dizendo, sr. presidente e srs. deputados, que o Natal não é simplesmente uma data, mas uma perspectiva de vida, um tempo quando o valor de uma dádiva deve prevalecer, seja num gesto, numa atitude, numa ação, numa palavra e sobretudo numa consciência histórica e existencial como registra o texto bíblico do Evangelho segundo escreveu João, capítulo III, verso 16, que diz: "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que entregou, deu como dádiva o seu único filho, Jesus Cristo, para que todos aqueles que nele creem não pereçam, mas tenham a vida eterna."

Este é o sentido maior, a proposta maior, a mensagem maior do Natal e é esse o nosso desejo a todos os srs. deputados, aos funcionários desta Casa e a todos os nossos catarinenses. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT. Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses.

Ocupei a tribuna nesta sessão no primeiro horário para falar sobre a saúde. Existem outros temas importantes, mas esse predominou hoje e não poderia deixar de voltar a fazer um comentário sobre isso, até porque o tema é importante. Por isso, insisto e repito que nós só teremos soluções mais duradouras se os governos investirem mais em saúde, se disponibilizarem mais recursos, e isso só será realidade quando os orçamentos não se limitarem a aplicar o mínimo constitucional.

Repito o que disse antes, aplicar 12% e ainda questionar esse percentual, significa que não tem saúde como prioridade.

Mas ocupei novamente a tribuna não para repetir isso, volto para fazer o que queria ter feito em aparte ao deputado Serafim Venzon. Ele falou que o problema em Santa Catarina ou do SUS, mais ou menos assim, é a gestão plena de alguns municípios, porque eles têm a gestão plena e se o cidadão não conseguir ali no município, nos arredores, ele tem que ir ao município base beijar a mão do prefeito ou alguma coisa assim.

Bom, se o raciocínio é esse, se não conseguir em Itá, e se não conseguir em Concórdia, ele terá que vir beijar a mão do Dalmo de Oliveira, aqui em Florianópolis. Achar que o problema da saúde em Santa Catarina são as gestões plenas é não conhecer a gestão plena.

Fui prefeito por oito anos na cidade de Concórdia, nunca aplicamos só o mínimo constitucional, nunca, em saúde. Chegamos a aplicar 22%. Temos gestão plena. E se não tivéssemos, tenho certeza de que os índices seriam muito piores do que são. Lá nós temos índices extraordinários na área da saúde. A gestão plena do SUS possibilita que você não fique só na dependência da secretaria estadual. Aliás, olhem o que está acontecendo

no estado. Temos servidores presentes, inclusive. Vocês já imaginaram se dependêssemos em tudo da decisão central? Aí, sim, estaríamos, com mais problemas em Santa Catarina.

Então, a questão do SUS não é ter ou não ter gestão plena. É mais recursos e melhor gestão. Com mais recursos e melhor gestão, com certeza vai se resolver, pelo menos, grande parte dos problemas, principalmente esses mais imediatos como é o caso dos servidores que estão paralisados.

Mas sr. presidente e srs. deputados, gostaria de aproveitar esse momento para destacar que quem tem a assinatura do canal Sport TV, e faço isso com satisfação até por presidir a Frente Parlamentar de Esporte, pode assistir em todo o Brasil a final da Liga Nacional, o Campeonato Nacional, o Campeonato Brasileiro de Handebol.

Claro que o handebol não movimentava o futebol. Se fosse final do futebol, teríamos manchetes em todos os jornais. Mas o handebol é um esporte importante para o Brasil. E essa final deu-se em Concórdia entre a nossa Associação Concordeense de Handebol, com a equipe do Metodista que acabou, infelizmente para nós de Santa Catarina e para Concórdia, vencendo a partida por 22 a 20 e levou o título.

Mas quero destacar o vice-campeonato de Santa Catarina, conquistado pela equipe da Associação Concordeense de Handebol. O time de Concórdia, portanto, sagrou-se vice-campeão brasileiro de handebol, num destaque para Santa Catarina, para o Oeste e para Concórdia. Quero parabenizar a equipe, a direção e o Alexandre Schneider, que é o treinador da equipe da Associação Concordeense de Handebol, por essa conquista importante.

Embora não tenha sido campeão, mas o vice-campeonato perante uma potência como é o Metodista que, se não me falha a memória, possui cinco ou seis títulos seguidos em nível nacional, nos deixa em destaque.

O segundo registro que quero fazer também refere-se a conquistas. Inclusive, elaborei um requerimento que deve estar na pauta do dia de hoje, deputado Jailson Lima, parabenizando o município de Ipumirim, por uma olimpíada nacional em que acabou sendo destaque.

Quero parabenizar e fiz isso por escrito, também a toda a família e a comunidade de Ipumirim.

Por fim, o último registro é essa importante contribuição do Ministério da Educação, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, na entrega de 133 ônibus aos municípios de Santa Catarina para transporte escolar. Portanto, amanhã o governador Raimundo Colombo entregará as chaves desses 133 ônibus vindos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação para municípios de Santa Catarina que vão efetivamente ajudar no transporte escolar. A entrega desses ônibus foi quase uma novela. Ficaram aí um tempo com problemas de documentação, depois era período eleitoral, etc. Mas de qualquer forma, quero destacar essa conquista importante desses municípios, e essa parceria do governo federal com Santa Catarina para a entrega desses ônibus.

Eram esses os registros, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito Renato Broetto, da cidade de São José do Cedro, acompanhado da secretária de obras Nancy Parisotto e do Miguel, que veio para cá, acredito, para buscar os ônibus que serão entregues amanhã pela manhã.

O Sr. deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero registrar também a presença nesta Casa dos vereadores de Sombrio, minha cidade, Miguel Gomes Custódio e Zaquie Mota Borges, que estão na capital tratando de assuntos de interesse da Câmara de Vereadores e da cidade de Sombrio.

Deputado Gilmar Knaesel, que já teve bons votos nesta cidade, agora v.exa., que é muito bem votado no vale do Itajaí, não precisa se preocupar que estamos dando uma atenção à sua base em Sombrio. Muito obrigado, pela oportunidade, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero reforçar as palavras do deputado José Milton Scheffer, pois realmente já tive o privilégio de ter honrado votos na sua cidade, que hoje está muito bem representada por v.exa. Também quero dar boas-vindas aos vereadores e ao prefeito de São José do Cedro, aqui representado pelo deputado Mauro de Nadal.

Sr. presidente, deputada Dirce Heiderscheidt, nobres deputados, trago nesta manhã uma manifestação, um sentimento de frustração ainda como catarinense, como parlamentar e como ex-secretário de Turismo, Cultura e Esporte, com a perda de Santa Catarina ser uma das sedes da Copa do Mundo, em que pese todo o esforço feito pelo governo do estado na época, liderado pelo nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira, por nós como secretário, e por todos os órgãos que estiveram ligados no sentido de dar as informações necessárias à Fifa, de que Santa Catarina tinha plenas condições de ser sede também de uma das séries da Copa do Mundo, e lamentavelmente ficamos fora das 12 cidades escolhidas. Nós preenchemos todos os pré-requisitos, principalmente dois que eram fundamentais na época.

O primeiro deles, um estádio privado, não poderia ser estádio público, novo é claro, e que o Figueirense Futebol Clube, na época, se dispôs em fazer uma parceria com a empresa Odebrecht, que agora já entregou em Porto Alegre a arena do Grêmio, que tinha a mesma configuração e o mesmo prazo de projeto e execução.

Segundo, ter a capacidade já instalada da rede hoteleira num raio de 80km, que pudesse abrigar o dobro da capacidade que o estádio pudesse oferecer, ou seja, com um estádio com 40 mil espectadores, teríamos que ter 80 mil leitos num raio de 80km, e nós preenchíamos esses requisitos. Cidades, por exemplo, como Natal, Cuiabá e Manaus, que acabaram sendo sedes, não preencheram esses pré-requisitos e foram escolhidas. Não sei se foi decisão técnica ou política.

Estive em Cuiabá recentemente, acompanhando o Fórum Nacional das Bacias

Hidrográficas, evento muito importante, e Santa Catarina esteve representada por seus comitês. Temos hoje 12 comitês instalados, e um dos que foi agraciado com espaço e reconhecimento foi o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, perto de Canoinhas e Porto União, que faz um grande trabalho educacional, turístico e também de preservação das nascentes, no sentido de preservar o nosso meio ambiente, a água, que sem dúvida será a grande disputa no futuro. Dizem os grandes filósofos, os estudiosos que as guerras do futuro não serão mais por ideologias políticas nem por ideologias religiosas, mas pelo domínio da água. Com o Aquífero Guarani e tantos outros mananciais que tem o Brasil, poderemos ser no futuro, quem sabe, uma das grandes potências mundiais se realmente o futuro for como se apegou.

Mas dentro disso também verifiquei em Cuiabá os grandes investimentos que estão sendo feitos naquela cidade, em função de ter sido escolhida cidade-sede da Copa do Mundo.

Com relação à questão de infraestrutura de mobilidade, estão sendo construídos novos acessos, especialmente viadutos, linha de trem, metrô, transformando aquela capital do Mato Grosso com os recursos que estão vindo do projeto do PAC da Copa do Mundo. Mas nós, lamentavelmente, perdemos essa grande oportunidade.

Quero também fazer, mais uma vez, referência à época do ministro do Esporte, Orlando Silva, que é do partido da deputada Angela Albino, que esteve em Santa Catarina várias vezes conosco, como também o ministério do Turismo, que tentou ser parceiro, mas a decisão política final ou foi da CBF ou foi da Fifa ou da Presidência da República de dividir os espaços. Assim, as regiões norte e nordeste do país ficaram com quatro sedes e fomos eliminados porque estaria muito próximo de Porto Alegre e Curitiba e não haveria espaço para três sedes no sul do Brasil. Ora, uma justificativa que não valeu para uma região do país, mas valeu para outra.

Dito isso, queria dizer que dentro da nossa visão foi uma grande perda de oportunidade, não somente sob o ponto de vista de obras estruturantes que poderíamos ter conquistado dentro desse projeto da Copa do Mundo, especialmente, como também da possibilidade de visibilidade que vai dar a Copa do Mundo ao estado-sede, porque terá toda a mobilização de mídia mundial que todos sabem que acompanha uma Copa do Mundo, talvez a maior mídia em todos os momentos, em qualquer esporte, em qualquer evento. Com isso, poderíamos ter visibilidade turística e cultural em todos os aspectos vinculados a isso.

Quero aproveitar também, dentro dessa linha que o deputado Ismael dos Santos colocou aqui muito bem, para falar sobre essa boa nova dos recursos que estão vindo do governo federal para a prevenção das enchentes do vale do Itajaí, projeto esse que está sendo discutido e esperado há muitos anos. Inclusive, vários organismos nacionais e internacionais estão fazendo há muito tempo estudos sobre as razões das enchentes naquela região que passa, obrigatoriamente, por prevenção, por mecanismos de retenção de águas.

Então, vindo a primeira parcela daquele recurso vai-se dar início, digamos assim, àquele projeto de 1983/1984, quando aqui tivemos a maior enchente, em que foram detectados problemas estruturantes na contenção das águas, para que possamos ter, quem sabe, diminuídos a pressão e o volume das águas retidas principalmente no vale do Itajaí, não somente na cidade de Blumenau,

como no entorno de todas as cidades do vale do Itajaí, especialmente Blumenau, Gaspar, Ilhota, Indaial, que estão dentro do eixo principal das águas do rio Itajaí-Açu, como a cidade de Itajaí, que é o destino final das águas.

Mas dentro disso o alto vale é o principal contencioso das águas ou onde está o nascedouro das águas, e lá é preciso fazer as primeiras intervenções no sentido de diminuir as enchentes no vale do Itajaí.

Então, é uma boa notícia e esperamos que as obras sejam iniciadas o mais rapidamente possível e que esse fantasma do rio Itajaí-Açu, hoje uma assombração para todos os moradores do vale do Itajaí, possa voltar a ser o rio que nos une ao alto vale, ao deputado Jailson Lima, ao médio vale, à nossa região, especialmente da foz do vale, que fica na região de Itajaí.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente, e agradeço o espaço em nome do PSDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0017/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0055/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0078/2011 de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0212/2010, de autoria do deputado Manoel Mota; 0317/2012 de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0034/2012, 0266/2012, 0524/2012, 0555/2012 e 0610/2012.

Outrossim, comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0226/2011, e que a

comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0512/2012, todos de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0069/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0163/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0309/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0314/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0350/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 0372/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 0377/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0241/2012, de origem governamental, que autoriza a permuta de imóveis de propriedade do estado com imóveis de propriedade da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações com os seguintes n.s: 0490/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos e 0491/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano o Requerimento n.: 1123/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência deseja a todos os catarinenses e deputados presentes um bom final de semana e, antes de encerrar a sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, em homenagem à Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Cooperativismo, às 19h.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Silvio Dreveck, Dirceu Dresch, Dóia Guglielmi e Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 29ª reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nºs 0373.5/2012, 0380.4/2012, 0379.5/2012, 0368.8/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Ofício de nº 0629.6/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Ofício de nº 0648.9/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei de nº 0377.9/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0263.0/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 003.4/2012 exarou parecer favorável à emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi apro-

vado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0372.4/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 029.9/2012, exarou voto de vista contrário ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0374.6/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0371.3/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 217.5/2012 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e ao Deputado Mauro de Nadal, o Projeto de Lei de nº 0374.6/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0095.2/2010 exarou parecer favorável, voto de vista favorável nos termos da emenda substitutiva global do Deputado Silvio Dreveck, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei de nº 0573.0/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução de nº 003.4/2012 exarou parecer pela diligência à Mesa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0360.0/2012 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0212.0/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº

048.6/2011 exarou parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 055.5/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dóia Guglielmi** relatou o Projeto de Lei de nº 0364.4/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0198.8/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0303.2/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0163.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0171.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0353.1/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0017.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0106.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0317.8/2012, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0338.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0302 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0382.6/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade por unanimidade, o Projeto de Lei complementar de nº 027.7/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0123.0/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 056.6/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei de nº 0078.1/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 026.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei Complementar de nº 034.6/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0257.2/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0361.1/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0370.2/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar de nº 0031.3/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0244.8/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução de nº 012.5/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0138.7/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar de nº 032.4/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0374.6/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Volnei Morastoni** relatou os Projetos de Lei de nº 0378.0/2012, 0139.8/2012 e 0168.2/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 051.1/2012 exarou parecer com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0127.4/2012 exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0174.0/2012 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.

Deputado Romildo Títton

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às quinze horas, do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se, sob a Presidência do **Deputado Ismael dos Santos**, Presidente em exercício, devido a licença gestação, da Deputada Luciane Carminatti: os Deputados: Romildo Títton, Dirce Heiderscheidt, Silvio Dreveck, Dado Cherem e Angela Albino. O Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 4ª Reunião Extraordinária, do dia 24/10/2012, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento o **Deputado Ismael dos Santos** relatou o **OF./0611.7/2011**, **OF./0483.6/2012**, **PL./0082.8/2011**, **PL./0343.8/2012**, **PL./0344.0/2012** e **PL.0067.9/2011**, todos aprovados por unanimidade, em seguida a Deputada Angela Albino, relatou, **PL./0332.7/2012**, **PL./0490.9/2011**, **PL./0101.5/2012**, **OF./0236.4/2012** e **OF./0573.7/2012**, todos aprovados por unanimidade, o **Deputado Dado Cherem**, relatou o **PL./0024.9/2011**, aprovado por unanimidade, o **Deputado Romildo Títton**, relatou o **PL./0254.0/2012**, aprovado por unanimidade, o **Deputado Silvio Dreveck**, relatou o **PL./0064.6/2012**, **PL./0218.6/2012** e **PL./0161.6/2012**, todos aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputado Ismael dos Santos

Presidente em exercício da Comissão de Direitos e Garantias

Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às treze horas e trinta minutos, do dia doze de dezembro de dois mil e doze, reuniram-se sob a Presidência do **Deputado José Nei Alberton Ascari**, os Deputados: José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão, Dado Cherem e Dirce Heiderscheidt. O Presidente registrou as ausências justificadas das Deputadas Angela Albino e Luciane Carminatti. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação a ata da reunião de vinte e oito de novembro de dois mil e doze e, não havendo manifestação contrária dos deputados presentes, declarou-a aprovada por unanimidade. Na sequência, foram aprovados por unanimidade os pareceres de aprovação dados aos seguintes projetos de lei: **PL./0266.3/2012**, que institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências; **PL.0285.6/2012** que altera a ementa e os arts. 1º e 2º da Lei nº 14.516, de 2008, que institui a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Estado de Santa Catarina; e o **PL./0327.0/2012**, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual no Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Larissa Garcia Martins, Chefe de Secretaria da Comissão, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em doze de dezembro de dois mil e doze.

José Nei Alberton Ascari

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Ao quinto dia do mês de setembro de dois mil e doze, às onze horas, na sala de imprensa reuniram-se sob a Presidência do **Deputado Volnei Morastoni**, os Deputados membros da Comissão de Saúde: **Deputado Mauro de Nadal**, **Deputado Joares Ponticelli** e o **Deputado Sargento Amauri Soares**. O senhor Presidente, abriu os trabalhos desejando boas vindas a todos, e Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem seus projetos: O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o **OF./0081.3/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0301.7/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0461.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0323.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0178.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0200.3/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0590.8/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0197.3/2012**; voto

favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0447.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0351.6/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0446.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0144.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0133.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0491.6/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0293.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0526.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0311.9/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0569.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Mauro de Nadal relatou os projetos do Deputado Carlos Chiodini relatou o **OF./0014.3/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0038.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0058.4/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0012.1/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0034.7/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na Sequência o Deputado Joares Ponticelli relatou o **OF./0214.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0267.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0456.3/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0459.6/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0570.4/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0285.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0252.4/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0290.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0555.5/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na Sequência o Deputado Sargento Amauri Soares, relatou os projetos do Deputado Ciro Roza relatou o **OF./0075.5/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0183.8/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0139.4/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na Sequência o Deputado Volnei Morastoni relatou os projetos do Deputado Jorge Teixeira relatou o **OF./0339.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0275.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião, a Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala de Imprensa, ao quinto dia do mês de setembro de dois mil e doze, às onze horas.

Deputado VOLNEI MORASTONI
Presidente da Comissão de Saúde
 *** XXX ***

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e doze, às onze horas, na sala de imprensa reuniram-se sob a Presidência do Deputado Volnei Morastoni, os Deputados membros da Comissão de Saúde: Deputado Mauro de Nadal, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Serafim Venzon, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Carlos Chiodini e o Deputado Sargento Amauri Soares. O senhor Presidente, abriu os trabalhos desejando boas vindas a todos, e Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem seus projetos: O Deputado Mauro de Nadal relatou o **OF./0311.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0461.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0526.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; Na sequência o Deputado Carlos Chiodini relatou o **OF./0185.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0209.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0247.7/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0273.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0355.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0368.4/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, apro-

vado por unanimidade; relatou o **OF./0417.7/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0505.6/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0523.8/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0559.9/2012** voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0239.7/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0264.8/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Serafim Venzon relatou o **OF./0113.5/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0161.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0292.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0415.5/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0478.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0521.6/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0066.4/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0484.7/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0100.0/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0281.9/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na Sequência o Deputado Jorge Teixeira relatou o **OF.0427.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0544.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0560.2/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0553.3/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Sargento Amauri Soares relatou o **OF./0146.3/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0156.5/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0184.9/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0229.5/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0314.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0364.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0398.0/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0489.1/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0564.6/2012**; voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0616.1/2012** voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0117.9/2012**; voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião, a Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala de Imprensa, ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e doze, às onze horas.

Deputado VOLNEI MORASTONI
Presidente da Comissão de Saúde
 *** XXX ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 18 de julho do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Marcos Vieira e Nilso Berlanda, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epígrafa, na sala de reunião das comissões. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente leu a Ata da reunião anterior que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Sargento Amauri Soares, que relatou pela a aprovação o PL./0184.2/2012 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, ato seguinte o Deputado Sargento Amauri Soares relatou pela diligência externa o Of./0404.2/2011 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão passou a palavra ao Deputado Marcos Vieira, que relatou pela aprovação o PL./0213.1/2011, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão apresentou o Projeto de Ressocialização, encaminhado a esta Comissão através de ofício pelo senhor Felipe Rodrigues que tem como objetivo implantar no presídio feminino do Complexo Penitenciário de Florianópolis uma malharia. O Presidente da Comissão elogiou a iniciativa e colocou a Comissão a disposição no sentido de desenvolver uma ação junto aos empresários para que os equipamentos necessário sejam doados para o desenvolvimento do Projeto. Solicitando a palavra o Deputado Nilso

Berlanda informou que desenvolve projeto semelhante com 130 detentos do presídio de São Cristovão do Sul, na região de Curitiba que trabalham na fabricação de estofados, e colocou-se a disposição para apoiar esta iniciativa. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 18 de julho de 2012

Deputado Gilmar Knaesel

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 21 de novembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Mauricio Eskudlark, Ismael dos Santos substituindo o Deputado Kennedy Nunes e a senhora Deputada Dirce Heiderscheidt, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epígrafa, na sala de reunião das comissões. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente leu a Ata da reunião anterior que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Mauricio Eskudlark, que relatou pela a aprovação com emendas Modificativas o PL./0264.1/2012 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, ato seguinte o Deputado Mauricio Eskudlark relatou pela aprovação o PL./0517.3/2011 e que posto em discussão teve pedido de Vistas pelo Presidente da Comissão Deputado Gilmar Knaesel, o Deputado Mauricio Eskudlark também relatou pela aprovação o Of./0321.0/2012 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão comunicou que na próxima semana será apresentado o relatório com o diagnóstico da situação da segurança pública no estado, elaborado a partir das informações colhidas nas dez Audiências Públicas Regionais que foram realizadas este ano. O Presidente também informou da visita que os membros da Comissão devem fazer ao Presídio Feminino de Florianópolis onde esta sendo instalada uma malharia comunitária, uma iniciativa elogiável desenvolvida pelo senhor Felipe Rodrigues, que presente a reunião informou que a meta é estender o Projeto para o Presídio Feminino de Blumenau. Como último assunto a ser tratado o Presidente abordou os últimos acontecimentos ocorridos no estado com ônibus sendo queimados e outras contravenções comandadas de dentro das cadeias, e sugeriu enviar um Ofício as Autoridades ligadas à área da Segurança Pública colocando esta Comissão a disposição para eventuais medidas a serem tomadas, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 2012

Deputado Gilmar Knaesel

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 05 de dezembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Mauricio Eskudlark, Marcos Vieira, Kennedy Nunes e Volnei Morastoni, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epígrafa, na sala de reunião das comissões. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente leu a Ata da reunião anterior que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente convidou para sentarem-se a bancada as pessoas envolvidas com o Projeto Malharia Social, ao qual passo a nominar: Felipe Rodrigues, idealizador do Projeto, Alexandre Takashima, juiz corregedor das Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Maria Alice Campos, Coordenadora dos Cursos SENAC, Jorge Elias Dolzan, Coordenador de Design e Moda da Faculdade Estácio de Sá, Neide Köhler Schulte, Coordenadora do Programa de Extensão EcoModa-UDESC, Sidney Dierschnabel, Técnico em máquinas de costura das Faculdade Estácio de Sá, Alexandre Rosa, Psicólogo e Presidente do Instituto Conviver, Salézio Luis Henkmemeier, representando a Empresa Welittec do município de Blumenau, Juliano Silvério Reghini, representando a Indústria Kyly do município de Pomerode, depois de composta a bancada o presidente da Comissão passou a palavra ao senhor Felipe Rodrigues que passou a discorrer da ideia do Projeto desde seu início, contido de como surgiu a ideia da implantação, as dificuldades no início encontradas o fechamento das parcerias e finalmente informando que o projeto terá seu início a partir de janeiro de 2013, a principio atendendo a internas do regime

semiaberto. O Presidente da Comissão passou a palavra a cada componente da bancada e todos elogiaram a iniciativa e se comprometeram a se empenhar para que o Projeto alcance seus objetivos e possa ser estendido para outros municípios Catarinenses, o Juiz Corregedor Alexandre Takashima ressaltou que as parcerias são bem vindas e podem contribuir para o aprimoramento do sistema prisional. O presidente da Comissão Deputado Gilmar Knaesel destacou ainda que a rapidez na implementação do Projeto é garantido pelo convenio firmado em 27 de agosto entre a Secretaria de Justiça e Cidadania, Malharia Social e UDESC. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 05 de dezembro de 2012

Deputado Gilmar Knaesel

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 12 de dezembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Mauricio Eskudlark, Kennedy Nunes e a senhora Deputada Dirce Heiderscheidt, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epígrafa, na sala de reunião das comissões. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente leu a Ata da reunião anterior que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Sargento Amauri Soares, que relatou pela a aprovação o Of./0404.2/2011 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, ato seguinte o Presidente da Comissão passou a relatar pela aprovação os Of./0073.3/2011 e Of.0076.6/2011, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade, os relatos dos Ofícios são de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que não se encontrava na reunião devido a compromissos assumido na Comissão de Saúde no qual é Presidente. O Presidente da Comissão passou a palavra para a senhora Deputada Dirce Heiderscheidt que relatou pela aprovação o Of./0226.2/2011, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão Deputado Gilmar Knaesel, apresentou aos pares o Relatório das dez Audiências Públicas realizadas em todo Estado, que obteve a aprovação e elogios de todos os membros da Comissão presentes, pela forma que foi elaborada e também por mostrar as condições e necessidades da Segurança Pública em todo Estado de Santa Catarina, o Presidente informou que o Relatório será entregue as Autoridades ligadas a Segurança Pública no estado. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 12 de dezembro de 2012

Deputado Gilmar Knaesel

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia onze de dezembro do ano de dois mil e doze, sob a presidência do **Deputado Elizeu Mattos**. Reuniram-se os Deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: **Jorge Teixeira, Manoel Mota, Silvio Dreveck e Angela Albino**. Aberto os trabalhos o Presidente Elizeu Mattos leu o Ofício nº 214/2012, do Gabinete **O Deputado Altair Guidi**, com justificativa de não poder estar na reunião pois encontrava-se em um compromisso externo. Em seguida o **Deputado Elizeu Mattos** relatou o PL./0241.5/2012, que autoriza a permuta de imóveis de propriedade do Estado com imóveis de propriedade da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0069.0/2012, que autoriza a permuta de imóvel no Município de Canoinhas, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jorge Teixeira** relatou o PL./0330.5/2012, que institui a Semana Estadual de Doação de Leite Humano, no Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL/0350.9/2012, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Ingo Wolfgang Hering, de Blumenau, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, na qualidade de presidente, colocou em discussão e votação os ofícios: OF/ 0403.1/2012; OF/ 0512.5/2012; posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Relatou também os Ofícios pelo diligenciamento, OF/0472.3/2012, OF/0162.3/2012, OF/0362.9/2012, OF/ 0617.2/2012, OF/0254.6/2012,

OF/0613.9/2012 e o PL./0172.9/2012, e que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Maria Thereza Franzoni d'Araujo, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de dois mil e doze.

Deputado Elizeu Mattos
Presidente da Comissão de Trabalho
Administração e Serviço Público
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 213/2012

REFERENTE: 06º Termo Aditivo de 10/12/2012, referente ao Contrato CL nº 019/2009-00, celebrado em 29/09/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Net Florianópolis Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II e § 4º da Lei nº 8.666/93; Item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Hamilton Ricardo Pereira da Silva- Diretor

Renato Saibro- Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 214/2012

REFERENTE: 05º Termo Aditivo de 10/12/2012, referente ao Termo de Cooperação Técnica CL nº 003/2008-00, celebrado em 22/07/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina- FIESC

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato compreendido entre 01/01/2013 e 30/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Item 5.1 da Cláusula Quinta do Termo de Cooperação original; e, Autorização Administrativa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Glauco José Côrte- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 215/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 032/2012, celebrado em 06/12/2012.

CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**

CONTRATADA: Floripetro Comércio de Combustíveis Ltda.

OBJETO: Fornecimento de combustíveis automotivos, a pedido da Coordenadoria de Transportes, para o ano de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 53 de 31/10/2012, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial CL nº 30 de 29/11/2012.

VIGÊNCIA: 1/01/2013 até 31/12/2013.

VALOR GLOBAL: R\$ 901.740,00

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Maria Cristina Garcia Bruno Perroni- Sócia

Maurício Alexis Bentancor Mendoza- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 216/2013

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 10/12/2012, referente ao Protocolo de Intenções nº 002/2008-00, celebrado em 02/05/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE/SC

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Protocolo de Intenções compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Des. Luiz Cesar Medeiros- Presidente do TRE/SC

Juiz Nelson Maier Peixoto-Diretor da EJE/SC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 217/2012

REFERENTE: **02º Termo Aditivo de 19/10/2012, referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 002/2011, celebrado em 17/11/2011.**

1.1. **1º PARTÍCIPE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC**, com sede na Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº. 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, fone/fax (48) 3221-2766, e-mail licitacoes@alesc.sc.gov.br, inscrita no CNPJ sob nº 83.599.191/0001-87, neste ato representado por seu Presidente Deputado **Gelson Merisio**;

1.2. **2º PARTÍCIPE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 76.276.849/0001-54, com sede na Rua Bocaiúva nº 1.750, Centro, Florianópolis SC, doravante denominado MPSC, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça Dr. Lio Marcos Marin**;

1.3. **3º PARTÍCIPE: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, associação civil sem fins econômicos, reconhecida de utilidade pública, inscrita no CNPJ sob o nº 82.510.330/000191, com sede na Avenida Othon Gama D'Eça nº 900, Centro Executivo Casa do Barão - Torre "A", Sala 106, Centro Florianópolis SC., neste ato representado pelo seu Presidente **Dr. Andrey Cunha Amorim**, doravante denominada **ACMP**;

1.4. **4º PARTÍCIPE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.279.448/00001-13, com sede na Rua Bulcão Viana nº 90, Centro, Florianópolis SC., neste ato representado pelo seu Presidente **Dr. Luiz Roberto Herbert**, doravante denominado **TCE**;

OBJETO: Incluir ao termo original a confecção e entrega por parte da ALESC do que abaixo segue: 5.000 (cinco mil) camisetas temáticas relativamente ao Programa **"O que Você tem a Ver com a Corrupção?"**; 1.000 (mil) medalhas cunhadas com o mesmo tema para ser entregue na "pedalada de bicicleta temática" que acontece na Avenida Beira Mar Norte nos dias 08 e 09 de dezembro de 2012; Cobertura por parte da TVAL do evento intitulado de **"Dia Internacional Contra a Corrupção"** que acontecerá nos dias 08 e 09 de dezembro de 2012 no Trapiche da Avenida Beira Mar Norte em Florianópolis SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quinta, item 5.1 do Termo Original e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Dr. Lio Marcos Marin- Procurador-Geral de Justiça

Dr. Andrey Cunha Amorim- Presidente da ACMP

Dr. Luiz Roberto Herbert- Presidente do TCE

*** X X X ***

EXTRATO Nº 218/2012

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 19/12/2012, referente ao Contrato CL nº 048/2011, celebrado em 12/08/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Indústria de Alimentos Santa Catarina Ltda.

OBJETO: Com base na reivindicação e exposição de motivos da área fiscalizadora e gestora do presente contrato, fazer o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor original do contrato atualizado com vistas a suportar a demanda da ALESC neste final do ano de 2012, relativamente ao fornecimento de café gourmet marca Santa Catarina.

VALOR: R\$ 10.852,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato original; Itens 9.9 e 13.5 do Edital de Pregão 022/2011; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Micheli Poli Silva Gelsleicher- Sócia

*** X X X ***

EXTRATO Nº 219/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 035/2012, celebrado em 17/12/2012.

CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**

CONTRATADA: Hiper Cestas Atacado de Alimentos Ltda.

OBJETO: Fornecimento de café, marca Santa Catarina Gourmet, estimado de até 2.400 (dois mil e quatrocentos) quilos de café/ano.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 52 de 25/10/2012, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem, e Edital de Pregão Presencial nº 32 de 03/12/2012.

VIGÊNCIA: 1/01/2013 até 31/12/2013.

VALOR GLOBAL: R\$ 37.128,00

VALOR UNITÁRIO: R\$ 15,47

Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Micheli Poli Silva Gelsleicher- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 220/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 033/2012, celebrado em 18/12/2012.
 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**
 CONTRATADA: Broadcast Produção e Locação Ltda.
 OBJETO: Locação de uma unidade móvel externa contendo todos os equipamentos de áudio e vídeo necessários para transmissões gravadas e ao vivo dos eventos da TVAL.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 54 de 05/12/2012, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Editais de Pregão Presencial nº 35 de 13/12/2012.
 VIGÊNCIA: 1/01/2013 até 31/12/2013.
 VALOR GLOBAL: R\$ 18.811,00, sendo R\$ 1,89 referente o valor por quilômetro rodado e R\$ 18.809,11 referente ao valor da diária (24 horas).
 Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 Luiz Vieira- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 221/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 036/2012, celebrado em 17/12/2012.
 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**
 CONTRATADA: Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste- COOPEROESTE.
 OBJETO: Fornecimento estimado de até 18.000 litros/ano de leite, marca Terra Viva.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 52 de 25/10/2012, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem, e Edital de Pregão Presencial nº 32 de 03/12/2012.
 VIGÊNCIA: 1/01/2013 até 31/12/2013.
 VALOR GLOBAL: R\$ 32.220,00
 VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,79
 Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 Celestino Roque Persch- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 222/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 034/2012, celebrado em 18/12/2012.
 CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**
 CONTRATADA: Licital Comércio Ltda. Epp.
 OBJETO: Fornecimento estimado de até 2.400 kg/ano de açúcar refinado, marca Paraná.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 52 de 25/10/2012, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem, e Edital de Pregão Presencial nº 32 de 03/12/2012.
 VIGÊNCIA: 1/01/2013 até 31/12/2013.
 VALOR GLOBAL: R\$ 4.416,00
 VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,84
 Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 Pedro Capelari- Representante Legal

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2722, de 18 de dezembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLENE FENGLER, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2723, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **GERMANO GRISS NETO**, matrícula nº 5024, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador das Comissões, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SERGIO LUIZ SEEMANN, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DL - Coordenadoria das Comissões).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2724, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor de Recursos Humanos, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS ANTÔNIO BLOSFELD, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2725, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MARIA SALETE WILLEMANN**, matrícula nº 1145, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Secretário-Geral, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ANGELA APARECIDA BEZ, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (CGP - Secretaria Geral).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2726, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTÓDIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da

respectiva titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2727, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR a servidora **DIRCE LUCIA PIANO**, matrícula nº 1990, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DL - CE - Gerência de Redação).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2728, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ALTEMIR BEZ, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DRH - Coordenadoria de Processamento e Sistema do Pessoal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2729, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Permanente de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Institucionais, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, HELOISA MARA LISBOA VIEIRA, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (GP - Diretoria Geral).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2730, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR**, matrícula nº 2162, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Transportes, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ZULMAR HERMOGENES SAIBRO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DA - Coordenadoria de Transportes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2731, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **DANILO BARCELLOS COUTINHO**, matrícula nº 4006, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Rádio, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, SUELEN CLAUDETE COSTA, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2732, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **RODRIGO MACHADO CARDOSO**, matrícula nº 6305, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor de Comunicação Social, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, THAMY SOLIGO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2733, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **EDISON KNAPP**, matrícula nº 1686, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Serviços Técnicos, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDENILSO JOSE ACORSI, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2734, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **MESSIAS MARCIANO DE SOUZA NETO**, matrícula nº 1473, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Protocolo-Geral, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DA - CSG - Gerência de Protocolo-Geral).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2735, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Projetos e Desenvolvimento, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDUARDO DE PELLEGRIN STOPASSOLI, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2736, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **ALBERTO CECHETTO BECK**, matrícula nº 6334, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDSON TADEU BEZ, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2737, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, matrícula nº 6329, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Suporte e Treinamento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - CPD - Gerência de Suporte e Treinamento).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2738, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **LUIZ EDUARDO DE SOUZA**, matrícula nº 6852, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JERUSA CORRÊA BUZZI FONTES, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2739, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA**, matrícula nº 6323, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Suporte e Manutenção, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, RICARDO VALÉRIO ORIANO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - CSM - Gerencia de Suporte Técnico e Manutenção).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2740, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **ELIAS AMARAL DOS SANTOS**, matrícula nº 6332, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Gerência de Segurança e Administração de Rede, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ITAMAR JOSÉ EFFTING, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - CR - Gerência de Segurança e Administração de Rede).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2741, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **JOÃO ROBERTO PIO**, matrícula nº 1175, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Orçamento Parlamentar, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA IZABEL AVILA DA SILVA, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DF - Coordenadoria de Orçamento Parlamentar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2742, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MÁRCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS ANTONIO DOS SANTOS, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2743, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **JULIANA SCHAPPO FERMINO**, matrícula nº 6810, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURICIO NASCIMENTO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DF - Coordenadoria de Tesouraria).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2744, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, IMBRANTINA MACHADO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DF - Diretoria Financeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2745, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **VALCIR PAVANATE**, matrícula nº 6816, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor de Acompanhamento Orçamentário Financeiro, código PL/DAS-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JAILTON DIAS DA CUNHA, que se encontra substituindo a Diretora Financeira por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DF - Diretoria Financeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2746, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ODICELIA HENRIQUE NASCIMENTO MOURA**, matrícula nº 2107, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Informações, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013 (DTI - Coordenadoria de Informações).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2747, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gab Dep Serafim Venzon **CHARLES GERATI**, matrícula nº 277669-3-04, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2168, de 10 de dezembro de 2012, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2748, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2749, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, na CGP - Chefia de Gabinete da Presidência, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2750, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 3311/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **CARLA PURCINA DE CAMPOS PEREIRA**, matrícula nº 6522, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 02 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2751, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0519	ALBERTO NEVES	60	13/11/12	3318/2012
1287	LEIA MENDES COOK	60	28/11/12	3321/2012
0676	MARLENE ROSA	09	22/11/12	3322/2012
1441	MAURILIO ALVES	20	26/11/12	3323/2012
7084	SIMONI LUSSANI	05	26/11/12	3325/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2752, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	120	08/12/12	3319/2012

1467	JOSE GERALDO DA SILVA	62	31/10/12	3320/2012
0620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	60	07/08/12	3324/2012
0620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	60	05/10/12	3324/2012
7084	SIMONI LUSSANI	10	10/12/12	3325/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2753, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Denise Justi Lopes	6107	03%	03%	20/11/12	3204/2012
Gustavo Cordeiro de Carvalho	6195	03%	03%	09/11/12	3223/2012
Laerzio D'Aquino	4476	03%	06%	01/12/12	3216/2012
Joel Casagrande de Lima	4284	03%	06%	03/12/12	3214/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2754, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Gab. Dep. Sargento Amauri Soares

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7008	DJALMA ANDRE FERNANDES	FLORIANÓPOLIS

Gab. Dep. Sílvio Dreveck

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5582	DEISE MARIA PACHECO	SÃO JOSÉ

Gab. Dep. Jorge Teixeira

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7057	JOSIANE MONTIBELLER	FLORIANÓPOLIS
7151	RICARDO PINHEIRO	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2755, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que as servidoras abaixo relacionadas exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Gab. Dep. Luiz Eduardo Cherem

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7059	FABIA CRISTINA LOPES ORTIGA	BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Liderança do PP

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7050	MARINA MARTINS FERREIRA RAMOS	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2756, de 18 de dezembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2013.

Gab. Dep. Jean Kuhlmann

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6752	SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA MODIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 033/2012

Altera a Lei Complementar nº 407, de 2008, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina.

"Art. 1º....."

"Art. 5º....."

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso que não forem utilizados até o fim do primeiro semestre do exercício financeiro de cada ano poderão ser destinados a ações que promovam e ampliem o atendimento no Ensino Médio, inclusive na educação profissional **da rede pública**, com vistas a garantir o acesso ao Ensino Superior." (NR)

Sala da Comissão,
Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 11/12/12

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/12/12

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 033/2012

Altera a Lei Complementar nº 407, de 2008, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 5º da Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 5º....."

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso que não forem utilizados até o fim do primeiro semestre do exercício financeiro de cada ano poderão ser destinados a ações que promovam e ampliem o atendimento no Ensino Médio, inclusive na educação profissional da rede pública, com vistas a garantir o acesso ao Ensino Superior." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***